UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO SOCIETÁRIO

TARCÍSIO LUÍS LENFERS

**RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE NAS SOCIEDADES POR
QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

**Monografia apresentada ao
Curso de Especialização em
Direito Societário da Faculdade
de Direito da Universidade
Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção de
aprovação no Curso de
Especialização.
Orientador: Professor**

CURITIBA
2001

TARCÍSIO LUÍS LENFERS

**RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE NAS SOCIEDADES POR QUOTAS DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

**Monografia apresentada ao Curso de
especialização em Direito Societário,
da Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial de aprovação.
Orientador:**

CURITIBA

2001

TERMO DE APROVAÇÃO

**RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE NAS SOCIEDADES POR QUOTAS DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Por

TARCÍSIO LUÍS LENFERS

**Monografia aprovada como requisito
parcial para aprovação no Curso de
especialização em Direito Societário,
mantido pela Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Paraná.**

??

.....
Professor Orientador Dr.

SUMÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO.....	ii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS SOCIEDADES POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.....	04
2.1. Histórico da Legislação Brasileira.....	04
2.2. Conceito de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.....	05
2.3. Características.....	06
2.3.1. Capital Social Dividido em Quotas.....	06
2.3.2. Fim mercantil ou civil.....	09
2.3.3. Constituição Similar à das Sociedades Contratuais.....	10
2.3.4. Responsabilidade Limitada dos Sócios.....	12
2.3.5. Reúne-se sob Firma ou Denominação Social.....	15
2.3.6. Natureza Híbrida.....	16
2.3.7. Sucinta previsão legal.....	19
2.4. Funcionamento da Sociedade.....	19
2.4.1. Alterações no Contrato Social e Retirada de Sócio.....	19
2.4.2. Cessão de Quotas e Exclusão de Sócio.....	21
2.4.3. O gerente.....	23
2.4.4. Uso da Firma.....	24
2.4.5. Deliberações Sociais.....	26
CAPÍTULO III – RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE.....	27
3.1. Considerações Preliminares.....	27
3.1.1. Conceitos adotados.....	27
3.1.2. Origem da responsabilidade do sócio-gerente.....	29
3.2. Hipóteses de responsabilização do sócio-gerente.....	33
3.2.1. Excesso de mandato.....	36
3.2.2. Violação de contrato ou da lei.....	40
3.2.2.1. Responsabilidade por débito fiscal.....	43
3.2.2.2. Responsabilidade por débito previdenciário.....	54
3.2.2.3. Responsabilidade por violação à Lei Ambiental.....	58

3.2.2.4. Responsabilidade por infração da ordem econômica.....	60
3.2.2.5. Responsabilidade na liquidação da sociedade	62
3.2.2.6. Demais hipóteses de responsabilidade por violação da lei.....	71
3.3. Ação de responsabilidade.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
BIBLIOGRAFIA.....	80

1. Introdução

Os atos do comércio, bem como as atividades mercantis, estão em natural processo de modificação, condizente como o aperfeiçoamento das técnicas de comunicação e consumo de massas, bem como, em virtude da constante inovação tecnológica, o que propõe uma leitura adaptada a esta realidade, das disposições de nosso Código Comercial, editado em 1850, pelo Decreto nº 737.

Como não poderia ser diferente, dentro desta conjuntura estão as sociedades comerciais, que a partir da complexidade das relações econômicas, passaram por constantes mudanças e inovações, muitas delas ditadas por novas realidades econômicas, que ao serem incorporadas pelo ordenamento jurídico através do instrumento legislativo hábil, passaram a ser regidas por lei e obter proteção jurídica, sendo então a empresa detentora de direitos e deveres.

O Estado, tal como conhecido por nós, nasceu de uma relação de fato em que, os indivíduos se aperceberam que, poderiam abstrair para uma pessoa que representasse a coletividade, os anseios de tutela jurídica desta mesma coletividade, sendo que este ser estatal, para sobreviver, valeu-se da relação jurídica, para então, poder distribuir o bem comum, autêntico ou falso, dentre esta mesma coletividade.

As sociedades, tem alguns traços característicos que também podem se assemelhar ao Estado, pois também nascem de uma conjunção de forças e interesses num determinado sentido, sendo que, enquanto o Estado é norteado pela Constituição, os objetivos das sociedades, foram traçados pelo estatuto social.

Ocorre que, diante das transformações acima relatadas, as sociedades necessitam de constantes adaptações e mudanças para que, não sejam engolidas pela concorrência ou pelo capital estrangeiro, e para que possam adentrar às próximas décadas em condições de competir num cenário mundial.

Diante disto, as sociedades por quotas¹ de responsabilidade limitada devem ser tratadas como instrumento pela qual a atividade empresarial pode ser explorada, sendo inclusive o modelo de sociedade comercial que mais se destaca na realidade empresarial brasileira.

O regramento jurídico das sociedades por quotas de responsabilidade limitada no Brasil está previsto no Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, dispositivo legal que ainda hoje, nos idos do novo milênio se encontra em vigor.

Não obstante seu longo tempo em vigor, nem de longe isto decorre da competência do legislador, mas sim da utilização subsidiária da Lei das Sociedades Anônimas – Lei nº 6.404/76, e ainda pela atuação dos pretórios e produção intelectual da doutrina, fatores estes que indubitavelmente contribuíram para que a vetusta legislação sobre o tema, ainda se encontre em vigor.

Dentro deste contexto, o tema aqui desenvolvido, qual seja, as hipóteses de responsabilização do sócio-gerente pelas dívidas sociais, é de relevante interesse, não só para o jurista ou o estudioso do direito, mas para aqueles que, na qualidade de sócio-gerente,

¹ Requião ressalta não haver diferença entre a utilização das expressões “cotas” ou “quotas” (REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. 22. ed. 1 v. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 339.). Nelson Abrão, no entanto, é da opinião que o termo “quota” é mais indicado, por ter “cota” outras acepções (ABRÃO, Nelson. *Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada*. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. p. 15.). Assim, neste trabalho optou-se pela denominação “quota”.

administram a sociedade e traçam o destino dele como gerente, e dos demais, como cotistas da sociedade.

Nesse enleio, a capacidade de gerenciamento, a confiança e competência do sócio-gerente são colocadas à toda prova, sendo que, não alcançados os resultados então esperados em virtude da confiança de seu trabalho como sócio-gerente, deve-se saber até que ponto, o mesmo pode ser responsabilizado.

O escopo desta monografia portanto, é traçar um roteiro sobre as situações em que o sócio-gerente responde com seu patrimônio solidária e ilimitadamente pela dívida da sociedade, evitando sempre, que terceiros prejudicados fiquem sem o devido ressarcimento. Ainda assim, procurou-se demonstrar os limites da responsabilização pessoal do sócio-gerente, bem como, a tendência dos tribunais acerca da matéria.

Em virtude desta monografia tratar exclusivamente da responsabilidade do sócio-gerente nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, uma breve exposição das características deste tipo societário antecede os demais capítulos. Dentro deste, registre-se que, foi realizada uma abordagem ampla sobre os aspectos gerais da sociedade, a fim de introduzir o leitor, desbordando os estreitos limites deste trabalho, o aprofundamento de temas que não dissessem respeito específico ao objeto da presente.

Neste intróito deixou-se de abordar tópicos considerados não essenciais para o desenvolvimento do trabalho, bem como optou-se, nos temas polêmicos, por adotar as correntes majoritárias.

No restante do trabalho, após delimitado o escopo do presente estudo, primeiramente procurou-se definir a origem da responsabilidade do sócio-gerente e analisar as disposições legais a respeito, em seguida verificou-se as hipóteses específicas de responsabilização, e, por

fim, abordou-se o instrumento processual de tutela jurídica das relações jurídicas provenientes do direito material. Procurou-se sempre juntar à análise da matéria exemplos de jurisprudência atual, além da fundamentação na melhor doutrina.

2. Considerações sobre Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada

2.1 Histórico da Legislação Brasileira

Costuma-se atribuir a Nabuco de Araújo a criação do primeiro tipo societário similar à sociedade limitada. Em 1865 esse autor apresentou projeto de uma sociedade anônima simplificada, que atendesse as necessidades das médias empresas da época. Contudo, apesar das similaridades, tal projeto não constituiu um precedente direto das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, pois não tinha por objetivo a criação de uma nova espécie de sociedade, mas apenas a dispensa de autorização prévia de funcionamento, por parte do Governo, para as sociedades anônimas.²

Em 1912, incumbido pelo Governo de realizar uma reforma do Código Comercial, Herculano Marcos Inglez de Souza incluiu em seu projeto, em cinco artigos (79 a 83), o que é hoje apontado como o precursor, no Brasil, deste novo tipo de sociedade. Decorrência direta da lei portuguesa, de 11 de abril de 1901, e da lei alemã, de 20 de abril de 1892, que introduziram, respectivamente, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada e as

² ABRÃO, Nelson. *Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada*. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. p. 29.

sociedades de responsabilidade limitada, este projeto tramitou no Congresso, sem, entretanto, converter-se em lei.

Como conseqüência da lentidão da tramitação, o deputado Joaquim Luiz Osório propôs à Câmara dos Deputados, em 1918, um projeto de lei que introduzia na legislação brasileira as sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Baseado no trabalho de Inglez de Souza, este projeto acabou por ser aprovado, e, em pouco tempo e sem quaisquer alterações, deu origem ao Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919, que é o diploma em vigor atualmente.

O Brasil foi o quinto país no mundo a legislar sobre este tipo de sociedade, após, respectivamente, Alemanha (1892), Portugal (1901), Áustria (1906) e Inglaterra (1907).

2.2. Conceito

Como ensina Fran Martins “Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, é aquela que é formada por duas ou mais pessoas, assumindo todas, de forma subsidiária, responsabilidade solidária pelo total do capital social.”³ Acrescente-se que a responsabilidade da sociedade pelas dívidas e obrigações que assumir é ilimitada, sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao total do capital social.

A sociedade por quotas de responsabilidade limitada foi uma criação dos juristas modernos para atender uma lacuna existente nos tipos de sociedades entre as sociedades anônimas, que logo se impôs como perfil da grande empresa, e as sociedades em nome coletivo, que vinculava pela responsabilidade solidária todos os sócios, ou as sociedades em

comandita por ações, que dispensava a responsabilidade para alguns e impunha para outros. Foi a alternativa de um tipo mais leve de estrutura jurídica, que atendesse melhor aos propósitos organizacionais das pequenas e médias empresas.

Com isto, estimulou-se a utilização das sociedades anônimas apenas naquelas sociedades de maior porte, cuja forma lhes era mais apropriada. Tanto era explícito esse objetivo que às sociedades anônimas médias, com capital inferior a cinco milhões de cruzeiros, era permitida a conversão em sociedades por quotas de responsabilidade limitada, em regime especial, desde que dentro de um ano após a entrada em vigor da Lei das Sociedades Anônimas, de acordo com seu artigo 298.

Um dos aspectos interessantes das sociedades por quotas é que: “Ao contrário do que aconteceu com os demais tipos de sociedades comerciais, que se formaram na prática, sendo, após, reguladas por leis, as sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, foram introduzidas no direito comercial por decisão do legislador.”⁴

2.3. Características

A sociedade por quotas de responsabilidade limitada não se confunde com nenhum outro tipo de sociedade nem tampouco é uma subespécie de uma delas. Suas características particulares são:

2.3.1. Capital Social Dividido em Quotas

³ MARTINS, Fran. *Curso de Direito Comercial*. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 267.

⁴ MARTINS, Fran, *ob. cit.*, p. 268.

Denomina-se quota, ou quinhão, a parte do capital social que toca a cada um dos sócios, representando o valor da participação do sócio na sociedade. É a entrada de capital, ou contingente de bens, coisas ou valores com o qual cada um dos sócios contribui ou se obriga a contribuir para a formação do capital social.

Distingue-se da ação por obedecer a quota o critério da estabilidade dos sócios, ao contrário do critério da mutabilidade para aquela; além disto, silenciando o contrato social, não há a livre cessibilidade de quotas a terceiros. No ensinamento de Egberto Lacerda Teixeira: “a ação constitui um título de crédito, negociável, de valor uniforme, suscetível de fácil alienação, usufruto, penhora, etc., ao passo que a parte social ou quota não constitui título de crédito negociável, não se corporifica sequer em instrumento escrito autônomo, não constitui via de regra, fração uniforme do capital social, não é a rigor suscetível de penhora e sua alienação ou transferência está normalmente sujeita a restrições mais ou menos rígidas.”⁵

Tendo em vista esta distinção, a sociedade por quotas aproxima-se da sociedade de pessoas, pois as quotas não se cedem a fim de manter o vínculo entre os sócios, todos conhecidos e comprometidos entre si. Forma-se a sociedade em atenção às qualidades pessoais dos sócios.

Há divergências no tocante à questão da penhorabilidade das quotas, justamente devido a impossibilidade de equiparar-se a quota à ação e por não haver qualquer previsão no Decreto nº 3.708/19 nem tampouco no Código Comercial. O Supremo Tribunal Federal tem admitido esta penhorabilidade nas hipóteses em que haja a previsão no contrato social da

cessão das mesmas a terceiros independentemente da concordância dos demais sócios, ou seja, desde que caracterizada por um certo cunho de sociedade de capital.

No caso de não haver esta previsão, pode ser vedado o ingresso na sociedade de investidor que adquire quota penhorada, pois, aqui, terceiros são obrigados em vista da publicidade do contrato, como coloca Requião:

“O que se precisa ter em mente, na hipótese em exposição, é a certeza de que os fundos sociais não pertencem ao cotista, mas à sociedade. Sustentar-se o contrário é pôr-se abaixo toda a teoria da personificação jurídica, e negar-se a autonomia de seu patrimônio, em relação aos seus componentes.

(...)

Se houver, todavia, o mau uso da pessoa jurídica, e o devedor houver maliciosa e fraudulentamente transferido seus bens para a sociedade por quotas, restará ao juiz o recurso de, examinando a fraude, *desconsiderar* a personalidade jurídica, mandando penhorar os haveres do sócio na sociedade. Seria uma perfeita aplicação da *disregard doctrine*.”⁶

As quotas da sociedade em exame podem proporcionar abordagens distintas, que as qualificarão como:

- quota primitiva - é a quota de subscrição inicial do sócio referida no contrato social, que será sempre distinta da quota adquirida, aquela que o sócio vier posteriormente a adquirir de outro sócio, que porventura se retirar (artigo 5º do Decreto nº 3.708/19);
- quota igual ou desigual - pela praxe comercial não há a obrigatoriedade das quotas possuírem valor igual, sendo livre, de igual maneira, a divisão do capital social em várias

⁵ TEIXEIRA, Egberto Lacerda. *Das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. São Paulo:Max Limonad Editor, 1956. p. 10-11. *apud* PAES, P. R. Tavares. *Curso de Direito Comercial: parte geral,sociedades*. 2.ed. 1 v. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993. p. 127.

⁶ REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. 22. ed. 1 v. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 345.

delas e a definição da quantidade de quotas que cada sócio possuirá; o que vai contra a essência do artigo 5º do Decreto nº 3.708/19, cuja intenção inicial era que cada sócio possuísse apenas uma quota original;

- quota indivisível - pode a quota apresentar a característica de ser indivisível em relação à sociedade, mas, ao mesmo tempo, é passível de ter por titular mais de uma pessoa, isto é, é admissível a co-propriedade da quota, onde todos os co-proprietários respondem pelas obrigações dela decorrentes (artigo 6º do Decreto nº 3.708/19); e

- quota liberada - são aquelas que já foram totalmente realizadas, isto é, os sócios já pagaram integralmente a contribuição inscrita no contrato social.

2.3.2. Fim mercantil ou civil

À luz da lei e da doutrina pode-se encontrar elementos comuns a qualquer sociedade comercial. Com efeito, não há sociedade sem associação, soma, concentração de esforços e de recursos, para serem atingidos fins comuns, os quais, além de serem lícitos, deverão também ser mercantis. O próprio artigo 287 do Código Comercial encarrega-se de explicitar que era da essência das sociedades comerciais o fim ou objeto lícito e a contribuição dos sócios com qualquer sorte de bens ou trabalho. Isto é, recursos e esforços concentrados para a realização de um objeto lícito, de natureza mercantil, o que caracteriza, também as sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Contudo, não há como restringir a sociedade em tela à natureza mercantil, mesmo porque não há disposição na lei que impeça seu objeto de ser civil. A doutrina tem dividido-se nesta questão, mormente porque a corrente que equipara a sociedade por quotas às sociedades de capital, como uma sociedade anônima simplificada, levanta a obrigatoriedade da natureza exclusivamente comercial, independente de seu objeto.

Parece extremamente acertado o entendimento de Tavares Paes, mais ainda quando se posiciona pelo caráter *intuitu personae* deste tipo societário: “A sociedade por quotas de responsabilidade limitada tanto pode ser civil como mercantil, não se aplicando a ela a norma das sociedades anônimas, que afirma que qualquer que seja o objeto, a anônima é sempre mercantil”.⁷

Da mesma forma ensina Lucena: “As demais, em nome coletivo, em comandita simples, de capital e indústria, de responsabilidade limitada, serão civis ou comerciais, segundo seu objeto, isto é, conforme a natureza mercantilista ou não dos atos que pratiquem.”⁸

2.3.3. Constituição Similar à das Sociedades Contratuais

A sociedade por quotas rege-se, na sua constituição, pelas regras do contrato. Pode ser constituída por documento público, através de escritura passada em cartório, ou particular, por documento assinado por todos os sócios e do qual conste as cláusulas do contrato social. Em

⁷ PAES, P. R. Tavares. *Curso de Direito Comercial: parte geral, sociedades*. 2.ed. 1 v. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993. p. 124.

⁸ LUCENA, José Waldecy. *Das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1996. p. 32-33.

qualquer hipótese, o ato constitutivo ou contrato social será levado a arquivamento na Junta Comercial.

A fim de simplificar sua constituição, os contratos são regulados pelas disposições relativas às sociedades de pessoas do Código Comercial (artigos 300 e 302), conforme dispõe o artigo 2º do Decreto nº 3.708/19:

“Art. 2º - O título constitutivo regular-se-á pelas disposições dos arts. 300 e 02 e seus números do Código Comercial, devendo estipular ser limitada a responsabilidade dos sócios à importância total do capital social.”

Existem, inclusive, modelos de contratos simplificados, instituídos pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio através da Instrução Normativa nº 22, de 05/10/87, vendidos em livrarias e papelarias, que possuem as cláusulas padrão para a constituição de uma sociedade por quotas.

É obrigatório, conforme o mesmo artigo 2º, a existência de dispositivo no contrato que estipule a limitação da responsabilidade dos sócios à importância do capital social. Caso contrário, a sociedade será considerada irregular, respondendo os sócios ilimitada e solidariamente pelas obrigações sociais. São obrigatórias ainda as cláusulas impostas pelo artigo 302 do Código Comercial e pelo artigo 71 do Regulamento do Registro do Comércio.

Só podem participar da constituição da sociedade sócios que contribuam com capital, não sendo admitidos sócios de indústria, isto é, sócio cuja participação para com a sociedade seja representada por trabalho, conforme o artigo 4º do Decreto nº 3.708/19. Sócios menores ou incapazes, apesar de vetados pelo disposto no artigo 302 do Código Comercial, têm sido admitidos nas sociedades por quotas por alguns doutrinadores e pela jurisprudência, desde que não tenham poderes para a gerência e administração e o capital esteja inteiramente

integralizado. Este posicionamento foi corroborado pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio, que, pelos poderes concedidos pela Lei nº 4.726/65, através da Instrução Normativa nº 12 de 29.10.86, permitiu o arquivamento de contrato de sociedades por quotas da qual participem menores.

Pode, também, constituir-se sociedade por quotas entre marido e mulher, com igualdade de direitos e deveres, tendo em vista o Estatuto da Mulher Casada - Lei nº 4.121/62, bem como o disposto na Constituição Federal, artigo 5º, I, e artigo 226, § 5º. Da mesma maneira, não há restrição à participação de outra pessoa jurídica como sócia da sociedade por quotas, desde que aquela não exerça a gerência dessa.

A contribuição dos sócios poderá ser em dinheiro ou em bens.

2.3.4. Responsabilidade Limitada dos Sócios

A responsabilidade dos sócios, via de regra, é limitada ao total do capital social, conforme artigo 2º do Decreto nº 3.708/19, e subsidiária em relação à responsabilidade ilimitada da sociedade. Se o capital social for totalmente integralizado nada mais pode-se exigir dos sócios para pagamento de dívidas sociais.

Como consequência, os sócios não são obrigados a complementá-lo caso seja diminuído pela má administração. Fran Martins, todavia, contesta esta afirmação, colocando que se seguirmos literalmente os termos taxativos do artigo 2º do Decreto nº 3.708/19, a responsabilidade dos sócios “é sempre pelo total do capital social e, assim, mesmo integralizado o capital da sociedade, se, posteriormente, esse for desfalcado, os sócios

poderão ser compelidos, solidariamente, a completá-lo.”⁹ Ressalta, ainda, o próprio Autor, a necessidade da mudança da lei, reconhecendo como injusta tal disposição. Esta interpretação literal não tem encontrado respaldo nos tribunais do país.

Como os sócios assumem a obrigação de integralização do total do capital social subscrito, em caso de falência todos respondem solidariamente pela parte que faltar para o pagamento das quotas não inteiramente liberadas, como dispõe o artigo 9º do Decreto nº 3.708/19. Ou seja, mesmo que um sócio já tenha realizado suas quotas, ainda assim é responsável solidário pela falta do preenchimento do total das quotas da sociedade ainda não satisfeitas e não liberadas. Esta é a única hipótese em que a lei estabelece a solidariedade entre os quotistas.

Conclui-se, então, que há uma diferença: perante a sociedade os sócios obrigam-se ao valor nominal da quota, na entrega da quantia subscrita; enquanto que perante terceiros, além da quantia correspondente à sua quota ou quotas, em caso de falência de sociedade com as quotas não totalmente liberadas, a responsabilidade é solidária no valor do capital social, de acordo com o artigo 9º citado.

Contudo, esta limitação da responsabilidade ao total do capital social não significa uma total irresponsabilidade por parte dos sócios em relação aos atos negociais da sociedade, como bem prevê o Decreto nº 3.708/19:

“Art. 16 - As deliberações dos sócios, quando infringentes do contrato social ou da lei, dão responsabilidade ilimitada àqueles que expressamente hajam ajustado tais deliberações contra os preceitos contratuais ou legais.”

⁹ MARTINS, Fran, *ob. cit.*, p. 274.

Deste dispositivo extrai-se que respondem os sócios que tiveram participação nas deliberações pelas conseqüências de seus atos quando infringentes do contrato ou da lei, tendo em vista a estrita observância das regras impostas às sociedades civis e comerciais pelo Estado de Direito. Excluem-se aqui, conseqüentemente, os sócios que não ajustaram pela deliberação, tais como os ausentes à assembléia ou reunião de sócios ou os que votaram contra.

Quanto a responsabilidade dos bens pertencentes ao casal, em caso de penhora de bens particulares de sócio casado, o artigo 3º da Lei nº 4.121/62 dispõe que responderão os bens particulares daquele que contraiu a obrigação e os comuns até o limite da meação. No mesmo sentido, dispõe a súmula 112 do extinto Tribunal Federal de Recursos: “Em execução fiscal, a responsabilidade pessoal do sócio-gerente de sociedade por quotas, decorrente de violação da lei ou excesso de mandato, não atinge a meação de sua mulher”. Todavia, nas hipóteses em que se tenha contraído a dívida em proveito da família, a jurisprudência tem decidido a favor do comprometimento da totalidade dos bens. Tais situações são muito comuns, pois normalmente são os frutos da sociedade que sustentam o casal e seus filhos.

Como exemplo:

“SOCIEDADE COMERCIAL - MÚTUO - DÍVIDA DE EMPRESA CONTRAÍDA POR SÓCIO CASADO - MEAÇÃO - DEFESA - EMBARGOS DE TERCEIRO - PENHORA - AVAL DE SÓCIO GERENTE - DÍVIDA DA EMPRESA - MULHER CASADA - DEFESA DA MEAÇÃO - PROCEDÊNCIA EM PRIMEIRO GRAU - APELO PROVIDO. I - Presume-se, até prova em contrário, que toda dívida contraída pelo marido, como chefe da sociedade conjugal, se tem como em proveito do casal. II - Equipara-se à responsabilidade direta e imediata o aval prestado por diretor ou sócio-gerente da sociedade comercial, como ato necessário à obtenção de crédito. Nessa hipótese, mantém-se a presunção, cabendo à mulher fazer a prova de que a dívida contraída não reverteu em benefício da família. III - Esse benefício ou

proveito tem de ser entendido não no sentido de efetividade ou de realidade objetiva, concreta, palpável, mas sim de expectativa desse proveito em função da qual a dívida foi assumida. IV - Tendo o valor do mútuo sido aplicado na aquisição de máquinas para a empresa, conclui-se que o marido - ao prestar o aval - agiu em vista de um fim comum e não para a realização de um interesse pessoal.” (TRIBUNAL DE ALÇADA DO PARANÁ – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0056529-9 - COMARCA DE CURITIBA - AC. 3871 - UNÂNIME -1ª CÂM. CÍVEL - RELATOR: JUIZ MUNIR KARAM - CONV. - APELANTE: BANCO AGRIMISA S/A - ADVOGADOS: ADILSON LUÍS FERREIRA E OUTRO - APELADO: JUSSARA LANGER BUNESE - ADVOGADO: MANOEL HORÁCIO SOTTOMAIOR PEREIRA - JULGADO EM 30.03.93 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DO PARANÁ, 13.08.93, PÁGINA 79)

Também se houver distribuição de dividendos ou quantias retiradas a qualquer título com prejuízo para o capital social realizado, ainda que autorizadas pelo contrato social, os sócios deverão repor estes valores, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto nº 3.708/19.

2.3.5. Reúne-se sob Firma ou Denominação Social

Há a liberdade de escolha pelo uso de firma ou denominação social para o nome social, conforme o artigo 3º do Decreto nº 3.708/19, sendo obrigatório, no entanto, a utilização da palavra *limitada* ou da expressão *sociedade de responsabilidade limitada*, por extenso ou abreviado, no final do mesmo.

A firma social deve conter, ao menos, o nome de um sócio, se não individualizar a todos eles. Enquanto isto, a denominação, como espécie de nome comercial, deve indicar, na medida do possível, o objeto da sociedade.

A omissão do vocábulo limitada tem como consequência para os sócios-gerentes, ou para os que tiverem o direito de fazer uso da firma, a transformação de sua posição de responsabilidade limitada para a de solidários e ilimitadamente responsáveis, tal como numa

sociedade em nome coletivo, como colocam Tavares Paes¹⁰ e Requião¹¹. Nesta situação são também responsabilizados ilimitadamente os sócios que, tendo conhecimento do fato, pactuam com o sócio-gerente através de sua omissão, como coloca Abrão¹².

2.3.6. Natureza Híbrida

Existe controvérsia sobre a natureza da sociedade por quotas de responsabilidade limitada. As divergências foram suscitadas pelo fato deste tipo societário apresentar características tanto das sociedades de pessoas quanto das de capitais, podendo ser enquadrada, inclusive, como de natureza intermediária.

Consultando-se a lei, encontra-se no Decreto nº 3.708/19 a seguinte disposição:

“Art. 1º - Além das sociedades a que se referem os arts. 295, 311, 315 e 317 do Código Comercial, poderão constituir-se sociedades por quotas de responsabilidade limitada.”

Tendo em vista que os citados artigos encontram-se no Capítulo III, do Título XV, da Parte Primeira, do Código Comercial, onde trata-se das sociedades comerciais, quais sejam, as sociedades de pessoas, interpretam, a maioria dos autores, que entre estas inseriu-se a sociedade por quotas. Baseiam-se esses doutrinadores, ainda, nas características da divisão do capital social em quotas e do modo simplificado de constituição, referido no artigo 2º do

¹⁰ PAES, P. R. Tavares, *ob. cit.*, p. 127.

¹¹ REQUIÃO, Rubens, *ob. cit.*, p. 334.

¹² ABRÃO, Nelson, *ob. cit.*, p. 47.

Decreto nº 3.708/19. Esta corrente segue a linha de pensamento de Waldemar Ferreira¹³ e Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto¹⁴, entre outros.

Alguns doutrinadores, no entanto, consideram-nas sociedades de capital, conforme opinião de Júlio Santos Filho, Francisco Campos e João Eunápio Borges¹⁵, pois baseiam-se na limitação da responsabilidade de seus sócios ao total do capital social e a aplicação subsidiária dos dispositivos da Lei das Sociedades Anônimas, de acordo com o artigo 18 do Decreto nº 3.708/19.

Outros, ainda, concebem-na negando qualquer relação com estes dois tipos; definindo-a como sociedade por quotas como tal, nem sendo por ações e nem sendo sociedade de pessoas, tal como Egberto Lacerda Teixeira¹⁶. Tomam estes por critério o princípio da limitação de cessão de quotas e a divisão estabelecida no Decreto-lei nº 852/38, em seu artigo 7º, que excluiu das sociedades de pessoas as sociedades por quotas; divisão esta, aliás, utilizado pelo Supremo Tribunal Federal, como colocam Dória¹⁷, Fran Martins¹⁸ e Requião¹⁹.

A corrente mais acertada parece ser a primeira, que constitui, não por acaso, a majoritária. Se, porém, os sócios optarem por permitir, no contrato, a cessão de quotas de forma mais livre, configura-se uma situação excepcional em que é instituído um aspecto capitalista à sociedade, o que não é vedado pela lei.

¹³ FERREIRA, Waldemar. *Sociedades por Quotas*. São Paulo, 1925. *apud* LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 42.

¹⁴ PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha. *A Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada*. São Paulo: Forense, 1956. *apud* LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 42.

¹⁵ *Apud* MARTINS, Fran, *ob. cit.*, p. 273.

¹⁶ TEIXEIRA, Egberto Lacerda. *Das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. São Paulo: Max Limonad, 1956. *apud* LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 43.

¹⁷ DÓRIA, Dylson. *Curso de Direito Comercial*. 9. ed. 1 v. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 202.

¹⁸ MARTINS, Fran, *ob. cit.*, p. 273.

¹⁹ REQUIÃO, Rubens, *ob. cit.*, p. 332.

Para fundamentar a opção pela corrente majoritária, contrapondo os argumentos dos doutrinadores que consideram esta sociedade como de capital, deve-se ressaltar que a disposição do artigo 18 do Decreto nº 3.708/19, segundo o qual devem ser aplicadas as disposições da Lei das Sociedades Anônimas quando houver omissão do contrato, foi incluída para que pudesse a sociedade por quotas usufruir das vantagens concedidas às sociedades anônimas, e não com o objetivo de estabelecer uma relação de dependência com estas.

Ressalte-se ainda, por oportuno, que o referido artigo não dispõe que a Lei das Sociedades Anônimas deva ser aplicada supletivamente à lei das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, mas sim como supletiva somente das lacunas e omissões do contrato social, como corroboram Requião²⁰ e Tavares Paes²¹.

Têm-se verificado, na prática, que a Lei das Sociedades Anônimas é mais aplicada nas omissões relativas ao funcionamento da sociedade por quotas e direito dos quotistas; enquanto que, normalmente, o Decreto nº 3.708/19 regula a natureza, estrutura e características, e os artigos 300 a 302 do Código Comercial dispõem sobre sua forma de constituição, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 3.708/19.

Requião coloca que “no caso de omissão do contrato social, invoquem-se primeiro as normas societárias do Código Comercial e em seguida, na omissão deste, aplique-se analogicamente o preceito adequado da Lei de Sociedades por Ações”.²²

Quanto ao aspecto da limitação da responsabilidade, característica básica das ações e, regra geral, das quotas, deve-se ressaltar que os investidores do mundo moderno, quando

²⁰ REQUIÃO, Rubens, *ob. cit.*, p. 328.

²¹ PAES, P. R. Tavares, *ob. cit.*, p. 125.

²² REQUIÃO, Rubens, *ob. cit.*, p. 329.

optam por tornarem-se sócios de qualquer empreendimento, não admitem mais a possibilidade de serem responsabilizados ilimitadamente pelas obrigações assumidas pela pessoa jurídica. Seria mais um risco a ser assumido além dos normais da atividade comercial. A necessidade da limitação foi, inclusive, um dos motivos que ensejaram a criação deste tipo de sociedade, e não é uma exclusividade das sociedades de capital.

2.3.7. Sucinta Previsão Legal

O disposto no artigo 18 revela uma característica marcante do Decreto nº 3.708/19: o seu laconismo. O próprio autor do projeto que se converteu neste diploma legal, o deputado Joaquim Luiz Osório, desejava que houvesse uma ampla discussão e a conseqüente complementação do texto da lei, o que acabou não acontecendo. Em virtude deste fato, são muitas as críticas da doutrina a este decreto, que dispõe em apenas 19 artigos sobre toda a constituição e funcionamento das sociedades por quotas. A previsão normativa, claramente, não acompanhou a importância que assumiu hoje em dia tal tipo societário.

2.4. Funcionamento da Sociedade

2.4.1. Alterações no Contrato Social e Retirada de Sócio

A regra geral do Código Comercial é que o objeto da sociedade somente pode ser alterado pela unanimidade dos sócios, conforme o artigo 331. Entretanto, nas sociedades por quotas há um poder maior de deliberação sobre o contrato social, admitindo-se a alteração,

pela maioria do capital, tanto do objeto social quanto de questões ordinárias, conforme o artigo 71 do Decreto nº 57.651. Na hipótese da alteração por maioria, é garantido o direito de retirada e a apuração dos haveres da minoria divergente, conforme preceitua o artigo 15 do Decreto nº 3.708/19, também chamado de Direito de Recesso:

“Art. 15 - Assiste aos sócios que divergirem da alteração do contrato social a faculdade de se retirarem da sociedade, obtendo o reembolso da quantia correspondente ao seu capital, na proporção do último balanço aprovado. (...)”

Assim, com o último balanço refletindo a situação patrimonial da sociedade, aplica-se a proporcionalidade de participação do sócio no capital social sobre o ativo líquido. Ou seja, o sócio que se retira não recebe somente a sua quota, que será proporcional ao capital social, receberá um valor que refletirá a proporção de sua quota em relação ao ativo líquido da sociedade, isto é, tudo quanto ela tem, deduzidas as obrigações sociais. Por isto mesmo, se não existir ativo para distribuição, mas ao contrário, obrigações contraídas e para saldar, o sócio retirante deverá contribuir para o pagamento das mesmas, também atendendo, para este fim, a proporcionalidade da sua quota em face ao capital social. Esta obrigação do sócio retirante estende-se com referência às obrigações contraídas até a data do arquivamento na Junta Comercial da alteração do contrato social relativo a essa retirada.

Ressalte-se que somente no caso de alteração de contrato social a lei confere ao sócio divergente o direito de retirar-se da sociedade. Nas demais deliberações sociais prevalece a decisão da maioria, com a conotação de inserção desses sócios majoritários nos quadros da responsabilidade ilimitada, se a decisão for infringente do contrato ou da lei.

A sociedade deve ser formada por, no mínimo, dois sócios. Se, contudo, por algum motivo, ficar com apenas um sócio e não houver qualquer previsão contratual, deve, de

acordo com o artigo 18 do Decreto nº 3.708/19, ser aplicada a regra do artigo 206, I, “d”, da Lei das Sociedades Anônimas, que proporciona um prazo de um ano para a sociedade reconstituir o mínimo de dois sócios, antes de entrar no período de dissolução²³. Usualmente há previsão em contrato deste prazo, a fim de preservar-se a sociedade e seu objeto.

Em caso de morte de um dos sócios, pode ser declarada a dissolução da sociedade, se não houver conveniência em sua continuidade. Se, no entanto, houverem mais de dois sócios e uma cláusula contratual prevendo a continuidade da sociedade, ocorrerá somente uma alteração contratual transferindo as quotas para os herdeiros do sócio falecido.

2.4.2. Cessão de Quotas e Exclusão de Sócio

As quotas somente podem ser cedidas a estranhos à sociedade mediante autorização dos demais sócios e desde que algum destes não deseje usar de seu direito de preferência, conforme o artigo 334 do Código Comercial. Pode, contudo, haver expressa disposição no contrato prevendo a livre cessão de quotas a terceiros, independente de autorização.

Além deste procedimento já pacificado pela doutrina e pela jurisprudência, pode também ocorrer a transferência de quotas decorrentes de impossibilidade de cobrar amigavelmente a subscrição, de sócio que se vinculou quando da constituição da sociedade. Se houver a opção dos demais sócios por não insistir na cobrança, o sócio remisso será excluído, conforme artigo 7º do Decreto nº 3.708/19, e configurar-se-ão três alternativas: a redução do capital, desconsiderando a parte do sócio excluído; a aquisição da quota pelos

²³ MARTINS, Fran, *ob. cit.*, p. 278.

outros sócios ou a cessão desta a terceiros. Esta última hipótese somente pode ocorrer mediante aprovação dos demais sócios, pois efetivamente é novo sócio que entra para a sociedade. O sócio excluído receberá a parte que já tiver contribuído, deduzidas as despesas com a transferência da quota, juros de mora e outros encargos.

Deve-se ressaltar que, para a regular exclusão de sócio, em não se configurando a hipótese acima descrita, há a necessidade de outros fatores determinantes para a exclusão, tal como uma justa causa.

Em qualquer hipótese, para a exclusão de algum quotista ou cessão de quota, bem como a retirada de algum sócio, é indispensável a alteração do contrato; e, conseqüentemente, como já foi abordado, de acordo com a Instrução Normativa nº 07 do DNRC, admite-se esta alteração sem a aprovação da totalidade dos sócios, pois garante-se o direito dos divergentes de retirarem-se da sociedade, na forma da lei. Requião, no entanto, contesta esta posição, afirmando que é dispensável a alteração contratual quando a cessão de quotas for permitida pelo contrato, independentemente de anuência dos demais sócios, e quando não afetar o direito dos demais quotistas²⁴.

Pode ocorrer, ainda, das quotas serem adquiridas pela própria sociedade, conforme prevê o artigo 8º do Decreto nº 3.708/19. Nesta eventualidade devem ser atendidos alguns requisitos: as quotas devem ser liberadas; devem haver fundos disponíveis; o capital social deve-se manter intacto; e deve haver consentimento de todos os sócios. Obedecendo o disposto no artigo 30, § 4º, da Lei das Sociedades Anônimas, permitido pelo artigo 18 do

²⁴ REQUIÃO, Rubens, *ob. cit.*, p. 353.

Decreto nº 3.708/19, deve-se esclarecer que as quotas adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento não tem direito a dividendo nem a voto.

2.4.3. O gerente

A administração da sociedade faz-se por intermédio de um ou mais sócios, denominados sócios-gerentes, e nominalmente indicados no contrato social. Se o contrato não dispuser a respeito, todos os sócios serão tidos como gerentes, conforme o artigo 13 do Decreto nº 3.708/19.

O sócio-gerente é um órgão social que gera e executa a vontade da pessoa jurídica. É através dele que a sociedade faz-se presente. Não é o sócio-gerente um mandatário, nem um simples representante da sociedade, nem tampouco um prestador de serviços para a mesma.

Ao sócio-gerente cabe também, em princípio, o uso da firma social, especialmente se nisto o contrato social for expresso. Como órgão social, não é permitido que pessoas estranhas a sociedade exerçam a gerência, na forma do artigo 302 do Código Comercial.

Pode-se escolher entre a gerência singular, exercida através de um só órgão ou gerente, ou a gerência plúrima, caracterizada pela distribuição das funções. Imprescindível é, porém, na segunda hipótese, a definição exata pelo contrato social das atribuições e poderes de cada órgão.

Dispõe o artigo 12 do Decreto nº 3.708/19 que o contrato social poderá dispensar o sócio-gerente de prestar caução, na sua investidura. Este dispositivo, além de ser desnecessário, tendo em vista que a lei já comina uma série de penalidades ao sócio-gerente

que infringir o contrato social ou abusar dos poderes que lhe forem confiados, decorre em um equívoco, pois nas sociedades contratuais não se exige caução dos gerentes. Essas cauções, em geral, são mais simbólicas, donde a sua pouca funcionalidade dentro das regras de proteção já existentes na lei.

Os gerentes podem ser destituídos de suas funções sem alteração contratual, se houver cláusula neste sentido, ou por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, em não havendo esta previsão. Nesta última hipótese, novamente, a alteração contratual que estabelecer a substituição não exige a decisão unânime do capital social.

Cabe também ao contrato a definição da remuneração do sócio-gerente, ou a maneira de estabelecê-la. Silente o contrato, não há qualquer impedimento que esta seja estabelecida por deliberação majoritária, a qualquer momento.

Há controvérsias em relação ao exercício da gerência por uma pessoa jurídica. A doutrina majoritária não permite tal possibilidade, pois baseia-se na aplicação supletiva, de acordo com o artigo 18 do Decreto nº 3.708/19, do disposto no artigo 146 da Lei das Sociedades Anônimas, que prevê a nomeação, exclusivamente, de pessoas naturais para membros dos órgãos de administração, como bem ressalta Abrão²⁵.

2.4.4. Uso da Firma

Em que pese a redação pouco clara do artigo 13 do Decreto nº 3.708/19, pode-se entender como “uso da firma” a “administração da sociedade”, como coloca Tavares Paes²⁶.

²⁵ ABRÃO, Nelson, *ob. cit.*, p. 109.

²⁶ PAES, P. R. Tavares, *ob. cit.*, p. 134.

Quem usa a firma social, em princípio, é o sócio ou os sócios-gerentes, que devem ser designados no contrato social. Na omissão deste, entende-se que o uso da firma é permitido a todos os sócios.

Se o contrato não prever a possibilidade da delegação do uso da firma a terceiros pelo sócio-gerente, nem tampouco expressa sua proibição, é razoável admitir-se que este pode delegá-lo a qualquer pessoa, mesmo não sócio, conforme artigo 13 do Decreto nº 3.708/19. Ressalte-se que não é a sociedade que investe um estranho na direção de seus negócios, mas sim o sócio-gerente que transfere seus poderes de administração. Difere do mandato por neste os poderes serem outorgados em nome da sociedade.

Na hipótese do gerente, apesar de vedação contratual, insistir em realizar a delegação, o Decreto nº 3.708/19 prevê, em seu artigo 13, que os atos praticados pelo substituto são válidos e os resultados do negócio são integrados na sociedade, mas responsabilizam pessoalmente o gerente pelas obrigações contraídas pelo seu substituto. Assim, se o resultado do negócio for positivo, os efeitos revertem à sociedade, do qual o gerente pode reclamar a sua parte das vantagens auferidas; porém o substituto será afastado devido a sua designação irregular. Em não havendo a vedação, a responsabilidade pelas obrigações assumidas cabe à sociedade, desde que não extrapolem os poderes do sócio-gerente que delegou.

Por fim, o uso da firma, de modo indevido ou abusivo, por parte do gerente ou outro sócio, vincula a sociedade perante terceiros de boa-fé, e a titula a haver do sócio que assim se excedeu as perdas e danos decorrentes de seus atos, além da compatível responsabilidade criminal, como bem dispõe o Decreto nº 3.708/19:

“Art. 11 - Cabe ação de perdas e danos, sem prejuízo de responsabilidade criminal, contra o sócio que usar indevidamente da firma social ou que dela abusar.”

Preceitua, da mesma forma, o Código Comercial:

“Art. 333 - O sócio que, sem consentimento por escrito dos outros sócios, aplicar os fundos ou efeitos da sociedade para negócio ou uso de conta própria, ou de terceiro, será obrigado a entrar para a massa comum com todos os lucros resultantes; e se houver perdas ou danos serão estes por sua conta particular; além do procedimento criminal que possa ter lugar (art. 316).”

2.4.5. Deliberações Sociais

É regra a sociedade de pessoas não possuir outro órgão de decisão além dos seus próprios sócios, e isto também pode ocorrer na sociedade por quotas, no que a aproxima desta classe societária. Mas, é também admissível na sociedade por quota, na aplicação de regras da Lei das Sociedades Anônimas, assim a inserindo no quadro de sociedade de capital, possuir órgão de deliberação, através do estabelecimento de conselhos, prevendo-se, mesmo no contrato social, a reunião de assembléia geral para determinadas deliberações sociais. Nesse caso, o contrato social teria a feição minuciosa de estatuto, dispondo sobre o funcionamento desses órgãos.

A utilização desses órgãos, cujos componentes devem ser, obrigatoriamente, sócios, depende, naturalmente, do tamanho da sociedade por quotas, pois seria extremamente bizarro pensar-se nisto em um contrato social que vinculasse dois ou três sócios.

Em não havendo a previsão de seguir-se os moldes das sociedades anônimas, as deliberações são tomadas por maioria do capital, de acordo com o artigo 331 do Código

Comercial, que é dirigido às sociedades que se formam seguindo o disposto no artigo 302 do mesmo diploma legal.

De qualquer forma, ou mediante órgãos, ou sem eles, as deliberações sociais que colidirem com as regras do contrato social, ou violarem a lei, conferem aos sócios que assim deliberarem uma responsabilidade ilimitada, como já abordado no item 2.3.4. Com isto, a sociedade por quota novamente se aproxima de uma sociedade de pessoas, com variedade de sócios com responsabilidade ilimitada, que seriam os infringentes do contrato ou violadores da lei, e sócios de responsabilidade limitada, que seriam os que teriam votado contra a deliberação causadora da comutação da responsabilidade dos sócios que impuseram sua vontade.

3. Responsabilidade do Sócio-Gerente

3.1. Considerações Preliminares

3.1.1. Conceitos Adotados

Segundo De Plácido e Silva, a responsabilidade é o vocábulo

“... tomado na significação de *responsabilizar-se, vir garantindo, assegurar, assumir o pagamento do que se obrigou ou do ato que praticou*. Em sentido geral, pois, *responsabilidade* exprime a *obrigação de responder por alguma coisa*.

(...)

A responsabilidade, portanto, em ampla significação, revela o *dever jurídico*, em que se coloca a pessoa, seja em virtude de contrato, seja em face de fato ou

omissão, que lhe seja imputado, para *satisfazer a prestação convencional* ou para *suportar as sanções legais*, que lhe são impostas.

(...)

Na linguagem comercial, é comum o emprego do vocábulo na significação de *encargo, ônus*, o que, em verdade, não se afasta do sentido originário de *obrigação a cumprir*.²⁷

A responsabilidade primordial do sócio-gerente consiste, da mesma maneira que para os demais sócios, da contribuição para a formação do capital social. Se esta obrigação não for cumprida conforme o acordado no ato da constituição da sociedade, poderá vir a sofrer o sócio-gerente as conseqüências tratadas no item 2.4.2.

Porém, tão importante quanto esta contribuição, é a obrigação do sócio-gerente de trabalhar em favor da sociedade, administrando-a e colocando-se totalmente à disposição para cumprir com qualidade as funções que lhe foram incumbidas, a fim de corresponder às expectativas dos demais sócios.

Desta atividade de gerência decorre também a responsabilidade pela correção de seu trabalho, que, por sua vez, traduz-se na obrigação do sócio-gerente de responder por seus atos perante a sociedade e os demais sócios, bem como perante terceiros envolvidos.

No tocante a esta obrigação de responder por seus atos, a responsabilidade do sócio-gerente é, via de regra, também igual a dos outros sócios. É uma responsabilidade subsidiária, limitada a quota integralizada e, se for caso de falência quando as quotas não estiverem todas liberadas, solidária. Isto significa que o gerente, na qualidade de sócio, só reforça a responsabilidade da sociedade, se esta não for capaz de atender as obrigações assumidas, com o montante nela investido, se o capital social estiver totalmente integralizado.

²⁷ SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 7. ed. 4. v. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 124-125.

Apesar da lei dispor, no artigo 592, II, do Código de Processo Civil, sobre a possibilidade de execução dos bens de sócio pelas dívidas da sociedade, tal previsão não se aplica as sociedades por quotas. Além disto, a execução é sempre em caráter subsidiário, de acordo com os artigos 350 do Código Comercial, 1.395 do Código Civil e 596 do Código de Processo Civil

Contudo, em algumas situações particulares, o sócio-gerente, dada sua condição especial, pode ter sua responsabilidade inscrita como ilimitada e solidária, tanto no âmbito penal como patrimonial.

Este trabalho restringe-se ao âmbito patrimonial, nas hipóteses específicas em que o patrimônio particular do sócio-gerente é comprometido diante das dívidas sociais, independentemente do valor destas e da sua participação na sociedade. São focalizadas as situações em que sua responsabilidade equipara-se à responsabilidade ilimitada do comerciante individual, quando todos os bens, excetuando-se os impenhoráveis, garantem o pagamento aos credores.

3.1.2. Origem da Responsabilidade do Sócio-Gerente

Definido o objeto, verifica-se, como coloca Abreu, que perante a sociedade, “a responsabilidade patrimonial tem origem no contrato social, de cuja assinatura nasce para o sócio a obrigação de contribuir para o capital social, bem como para atender aos prejuízos ocorrentes.”²⁸

²⁸ ABREU, Iolanda Lopes de. Responsabilidade Patrimonial dos Sócios nas Sociedades Comerciais de Pessoas. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 25.

Entende-se, por consequência, que é o contrato que obriga o patrimônio do sócio-gerente perante a sociedade, da mesma maneira que o dos outros sócios, pelo não cumprimento do compromisso que assume de contribuir para o capital social.

Da mesma maneira, há previsão no Decreto nº 3.708/19 de responsabilidade perante os demais sócios e a sociedade, bem como perante terceiros, decorrente da violação do contrato social.

Esclarece, então, De Plácido e Silva: “A responsabilidade contratual entende-se a obrigação de indenizar ou de ressarcir os danos causados pela inexecução de cláusula contratual ou pela má execução da obrigação, nela estipulada.”²⁹

Percebe-se, portanto, que os conceitos complementam-se. Há uma responsabilidade civil contratual decorrente do acordado no ato de constituição, no qual as partes contratantes assumem a obrigação de cumprir o estipulado sob pena de responderem patrimonialmente.

Contudo, se não for hipótese de descumprimento de compromisso previsto no contrato social, qual seria o fundamento para a responsabilização pessoal do sócio-gerente? Respondendo a esta pergunta, Tavares Paes³⁰ afirma que a responsabilidade do administrador decorre do princípio geral da responsabilidade civil do artigo 159 do Código Civil, que é a responsabilidade aquiliana ou extracontratual.

Abreu também ressalta que:

“deve-se lembrar, por último, que a responsabilidade do sócio administrador pelas perdas e danos consequentes do exercício abusivo da gerência resulta igualmente do que prescreve o Código Civil: ‘Artigo 159 –Aquele que, por

²⁹ SILVA, De Plácido e, *ob. cit.*, p. 126.

³⁰ PAES, P. R. Tavares. *Responsabilidade dos Administradores de Sociedades*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978. p. 4.

ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano”³¹.

No mesmo sentido, coloca Carlos Henrique Abrão: “Nesta linha de raciocínio respondem os gestores pelos atos praticados com violação da lei e dos estatutos. Diz o art. 159 do nosso CC: ‘Aquele que, ...’³².

Isto posto, desponta uma aparente contradição: como é possível conciliar a responsabilidade contratual decorrente do ato constitutivo da sociedade por quotas com a responsabilidade extracontratual do artigo 159 do Código Civil?

Para solucionar este paradoxo, Lucena³³ coloca que os dispositivos da lei equiparam a infração contratual ao ato ilícito absoluto do artigo 159 citado. Ou seja, a responsabilidade contratual acaba por inserir-se na extracontratual.

No mesmo sentido, Aguiar Dias preleciona que, como o ato ilícito é a violação de um dever preexistente, este dever pode ser tanto de ordem legal como contratual³⁴. Acrescenta, também, Stoco: “tenha-se em mente, porém, que a responsabilidade extracontratual e a contratual regulam-se racionalmente pelos mesmos princípios, porque a idéia de responsabilidade, como já enfatizado, é una.”³⁵

E continua o mesmo autor:

“Desse modo, deve haver um comportamento do agente, positivo (ação) ou negativo (omissão), que, desrespeitando a ordem jurídica, cause prejuízo a outrem, pela ofensa a bem ou a direito deste. Esse comportamento (comissivo

³¹ ABREU, Iolanda Lopes de, *ob. cit.*, p. 63.

³² ABRÃO, Carlos Henrique. *Penhora de Cotas de Sociedade de Responsabilidade Limitada*. 3. ed. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 1996. p. 69.

³³ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 328-329.

³⁴ DIAS, Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1979, p. 148, *apud* STOCO, Rui. *Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994. p. 45.

³⁵ STOCO, Rui, *ob. cit.*, p. 45.

ou omissivo) deve ser imputável à consciência do agente, por dolo (intenção) ou por culpa (negligência, imprudência, ou imperícia), contrariando, seja um dever geral do ordenamento jurídico (delito civil), seja uma obrigação em concreto (inexecução da obrigação ou de um contrato).³⁶

Assim, concluindo-se pela perfeita adequação da aplicação do artigo 159 do Código Civil, bem como pela duplicidade de origem da responsabilidade civil do sócio-gerente, ensina o lexicólogo De Plácido e Silva: “A responsabilidade civil é a que se apura para que se possa exigir a reparação civil, que é a pena imposta ao agente ou responsável pelo ato ilícito.”³⁷

São elementos essenciais para a configuração da responsabilidade civil o dano, o ato ilícito e o nexa causal entre eles³⁸. Acrescente-se, ainda, que, nestes casos, a responsabilidade é subjetiva³⁹, pois depende, também, de culpa ou dolo do agente.

A responsabilidade civil extracontratual é, obviamente, independente de contrato. Basta o sócio-gerente haver injustamente dado causa a algum dano, através de ação ou omissão, com dolo ou culpa, e com ofensa ou violação de direito, que gera-se a obrigação de indenizar.

Por fim, pode ainda a responsabilidade do sócio-gerente ser incluída no conceito de responsabilidade administrativa.

A responsabilidade administrativa, da mesma maneira, importa no dever de cumprimento das funções atribuídas ao administrador, respondendo este por seus atos. Imputa-se, pois, quando há má administração pura e simples (incapacidade, incompetência,

³⁶ STOCO, Rui, *ob. cit.*, p. 41.

³⁷ SILVA, De Plácido e, *ob. cit.*, p. 125-126.

³⁸ STOCO, Rui. *Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994. p. 49.

³⁹ ABRÃO, Carlos Henrique, *ob. cit.*, p. 68. - Observa este autor que a responsabilidade de quem praticou ou gerenciou uma ilegalidade é subjetiva.

não dedicação a função, não entrosamento com subordinados, etc.) ou excessos na mesma. Para atribuir-se a responsabilidade administrativa não se requer procedimento formal, como nos exemplos de destituição ou rebaixamento do gerente.

Segundo De Plácido e Silva: “a responsabilidade administrativa resulta na obrigação ou no dever legal de reparar ou ressarcir os prejuízos que possa causar à administração pelos atos abusivos ou excessivos.”⁴⁰

Feitas tais considerações, ressalte-se que será objeto de análise no presente trabalho tão somente a responsabilidade civil do sócio-gerente que não tenha delegado o uso da firma, por atos não autorizados ou posteriormente ratificados pelos demais sócios, em sociedade com apenas um gerente designado no contrato social, cujas quotas estejam totalmente integralizadas, com o vocábulo *limitada* corretamente inserido em seu nome e que esteja regularmente constituída dentro da legislação brasileira.

Por sociedade regularmente constituída entende-se aquela que satisfaz as exigências legais para sua constituição e aquisição da personalidade jurídica, bem como aquela que exerce suas atividades dentro do previsto no contrato.

Excluem-se aqui as sociedades de fato ou irregulares, a responsabilidade penal e as disposições da legislação estrangeira.

3.2. Hipóteses de responsabilização do sócio-gerente

⁴⁰ SILVA, De Plácido e, *ob. cit.*, p. 125.

No Direito Brasileiro o sócio-gerente somente é responsabilizado pessoalmente quando pratica atos contrários aos seus deveres na função ou contrários à lei ou contrato e que não foram autorizados ou ratificados pelos demais sócios. Sendo ato regular de gestão, em que, como órgão, aquele age em nome da sociedade e no interesse dela, ou ainda quando os demais sócios deliberam em favor do ato, a responsabilidade é exclusivamente da sociedade, ou de todos os sócios, não havendo responsabilidade especial de quem executa como decorrência de seu cargo.

Assim tem demonstrado a jurisprudência:

“SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – PENHORA SOBRE BEM DE SÓCIO - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS DE TERCEIRO - INTERPOSIÇÃO PELO SÓCIO-GERENTE - CABIMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIROS. SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. PENHORA SOBRE BEM PARTICULAR DE SÓCIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS FRAUDULENTOS DE GERÊNCIA PELO COTISTA EXECUTADO. - É cabível a interposição dos embargos procedida por terceiro não executado. - Encontrando-se as cotas de participação totalmente integralizadas, a responsabilidade dos sócios não deve exceder aos limites de seus valores. Mais enfaticamente, quando nenhuma prova existe nos autos sobre a prática de atos de gerenciamento com excessos ou ilícitudes. Apelação provida. Sentença reformada.”

(TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO - APÊLAÇÃO CÍVEL Nº 61894 –SERGIPE - AC. 1ª TURMA - UNÂNIME - RELATOR: JUIZ FRANCISCO FALCÃO –JULGADO EM 07.02.95 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO II, 10.03.95, PÁGINA 12599)

“AÇÃO DE PERDAS E DANOS. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. INOCORRÊNCIA DE SOLIDARIEDADE POR PARTE DO SÓCIO-GERENTE. PROCEDIMENTO DESTA SEM AFEIÇÃO DE LEVE CONTRARIEDADE A LEI OU AO CONTRATO. INCONFIGURAÇÃO, ADEMAIS, DE EXCESSO DE MANDATO. SENTENÇA REFORMADA PARA DAR-SE POR EXTINTO O PROCESSO. Procedendo o sócio-gerente no estrito comando da lei e do contrato, a responsabilidade por encargos e obrigações da sociedade deve ser arcada exclusivamente por esta, sem a aplicação a aquele do princípio da solidariedade.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA -

APELAÇÃO CÍVEL, Nº 26894, RIO NEGRINHO, DESEMBARGADOR
RELATOR NAPOLEÃO AMARANTE, DATA DECISÃO 18/08/87)

Entretanto, segundo Carlos Henrique Abrão:

“Hodiernamente existe, não se pode olvidar, um declínio no princípio da responsabilidade limitada dos administradores nas modernas sociedades comerciais. A tese da ilimitação ganha corpo, na medida em que se deve garantir um patrimônio sólido, apto a responder pelas obrigações dos sócios.”⁴¹

A sustentar tal afirmação estão as hipóteses em que cabe a responsabilidade pessoal do sócio-gerente: o excesso de mandato ou a prática de atos com violação do contrato ou da lei, conforme preceitua o Decreto nº 3.708/19:

“Art. 10 - Os sócios-gerentes ou que derem nome à firma não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade, mas respondem para com esta e para com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do contrato ou da lei.”

Como citado anteriormente, tal dispositivo equipara o excesso de mandato e a infração contratual ao ato ilícito do artigo 159 do Código Civil, gerando a responsabilidade ilimitada do sócio-gerente. A violação do contrato e o excesso de mandato decorrem em responsabilidade civil contratual, e a violação da lei, através do ato ilícito, enseja a responsabilidade civil extracontratual.

A responsabilidade do sócio-gerente perante terceiros, analisada neste trabalho, é, em regra, solidária com a sociedade, pois, de acordo com o artigo 896 do Código Civil, decorre de lei: “...solidária e ilimitadamente...”. Como ensina Stoco: “O que há de peculiar, é que a

⁴¹ ABRÃO, Carlos Henrique, *ob. cit.*, p. 70.

responsabilidade direta da pessoa jurídica coexiste com a responsabilidade individual do órgão culposo. Em consequência, a vítima pode agir contra ambos.”⁴²

Contudo, em situações específicas, pode configurar-se também a responsabilidade individual exclusiva do mesmo, tais como nas hipóteses de substituição tributária, abordadas posteriormente.

O disposto no artigo 10 do Decreto nº 3.708/19 tem sido freqüentemente reforçado⁴³ por outra disposição do mesmo diploma legal, já mencionada quando tratou-se da responsabilidade dos sócios:

“Art. 16 - As deliberações dos sócios, quando infringentes do contrato social ou da lei, dão responsabilidade ilimitada àqueles que expressamente hajam ajustado tais deliberações contra os preceitos contratuais ou legais.”

Pode a responsabilidade do sócio-gerente ser abordada sob vários enfoques. Como os prejuízos decorrentes de seus atos, que ensejam a responsabilidade pessoal, podem afetar tanto a sociedade e os demais sócios quanto terceiros envolvidos, pode-se analisar as hipóteses de responsabilização no aspecto externo, perante terceiros, e no aspecto interno, perante a própria sociedade e os demais sócios. Outro enfoque seria a análise da matéria pelas hipóteses descritas na lei: excesso de mandato ou violação da lei ou contrato. Neste trabalho optou-se pela sistematização do segundo enfoque, incluindo-se os aspectos externo e interno dentro da análise dos dispositivos.

3.2.1. Excesso de Mandato

⁴² STOCO, Rui, *ob. cit.*, p. 54.

⁴³ MARSHALL, Carla Izolda F. C. Temas Polêmicos da Sociedade por Quotas: Posição da jurisprudência; cessão de quotas, responsabilidade e exclusão de sócios. *Revista Sequência*, Florianópolis, n. 33, p. 143, junho 1997.

Quando um sócio é investido da administração da sociedade ele é habilitado a praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da mesma e à consecução do objeto social.

Presume-se, para tanto, uma confiança na capacidade e postura deste gerente, o que gera a expectativa de que este irá manter-se dentro do objetivo da sociedade e do que mais prevê o contrato social.

Como ensina Lucena: "Em suma, omissos o contrato social na indicação dos poderes, funções e atribuições dos gerentes, há de se buscar situar o ato dentro dos poderes de apresentação orgânica e de gestão dos administradores, ..."⁴⁴

Todavia, pode ocorrer do sócio-gerente extrapolar suas funções, o que configura o excesso de mandato. São as situações em que o sócio-gerente age por sua própria conta e risco, e deve, naturalmente, responder pessoalmente por isto.

Ocorre, entretanto, uma enorme dificuldade em caracterizar-se este excesso, pois nem sempre é possível listar todos os atos de gestão ou de apresentação da sociedade a fim de verificar se determinada ação extrapola ou não o limite de suas funções. Tanto é verdade que alguns autores, entre eles Lucena⁴⁵, percorrem o caminho inverso, relacionando diretamente o que é vedado ao gerente cometer.

O excesso de mandato previsto no artigo 10 do Decreto nº 3.708/19 constitui-se das hipóteses, utilizando-se a terminologia da Lei das Sociedades Anônimas, de *excesso* ou *desvio*

⁴⁴ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 322.

⁴⁵ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 322.

de poder⁴⁶. Em poucas palavras, o excesso de poder ocorre quando há uma discrepância quantitativa entre o que foi acordado e o ato praticado, enquanto que no desvio de poder a diferença entre estes é qualitativa⁴⁷.

O excesso de poder, tal como o abuso no uso da firma social por parte do sócio-gerente, é exemplo de ato *ultra vires*, isto é, quando este age além dos limites pré-determinados da sua função. Ocorre quando são ultrapassadas as designações acordadas no ato constitutivo, quando o sócio-gerente pratica atos sem os poderes devidos. O excesso de poder configura, no entanto, violação da lei ou do contrato, pois as situações abusivas, normalmente, ultrapassam também os limites ali estipulados. Por este motivo, estas hipóteses são incluídas no item 3.2.2, que trata das situações violadoras nas sociedades por quotas.

Já o desvio de poder ocorre dentro do objeto da sociedade mas com fim diverso, como, por exemplo, para atender interesses particulares. O ato tem uma aparência de legalidade, justamente por não violar diretamente a lei ou contrato, mas sua finalidade é desvirtuada. Segundo Comparato “o desvio de poder consiste, assim, num afastamento não da forma mas do espírito da lei, representando ato típico de *fraus legi*, e não *contra legem*.”⁴⁸

O exemplo mais comum é a utilização indevida da firma social, e, para tais situações, prevê, ainda, o Decreto nº 3.708/19:

“Art. 14 - As sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, responderão pelos compromissos assumidos pelos gerentes, ainda que sem o uso da firma social, se forem tais compromissos contraídos em seu nome ou proveito, nos limites dos poderes da gerência.”

⁴⁶ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 335.

⁴⁷ CRETELLA JR., José. *Tratado de Direito Administrativo*. 2. v. São Paulo: Forense, 1966, p. 243. *Apud* LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 332.

⁴⁸ COMPARATO, Fábio Konder. *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1977, p. 284. *apud* LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 334.

Pode-se concluir que, se acionada por terceiros, é a sociedade que responde pelos compromissos assumidos em seu nome, ou para seu proveito, pelo sócio-gerente, quando este atua com desvio de poder, ainda que não tenha para estes resultados usado da firma social.

Pondera Waldemar Ferreira:

“Tratando-se de transações que constituem o objeto da sociedade a firma empregada pelo sócio-gerente obriga a sociedade e os sócios. Assim o é porque entre o terceiro de boa fé, que não tem direito de fiscalizar ou intervir na sociedade, e os sócios, vítimas da sua própria imprevidência ou negligência na escolha do gerente infiel, mais equitativo é que sofram o prejuízo os que para ele concorreram, direta ou indiretamente.”⁴⁹

Tratando-se, pois, de ato praticado dentro dos limites do objeto da sociedade, o entendimento é pacífico pela vinculação da sociedade pelos atos do sócio-gerente, cabendo, obviamente, a ação de ressarcimento de perdas e danos daquela contra este, na qualidade também de sócio, prevista no artigo 11 do Decreto nº 3.708/19, analisada no item 2.4.4.

Cabe esclarecer, ainda, que o uso da firma é exclusivo do sócio-gerente. Se todos os sócios forem gerentes, devido a ausência de designação no contrato, os dispositivos citados, consequentemente, aplicam-se a todos aqueles que se utilizarem da firma social.

São também exemplos clássicos de desvio de poder a sistemática retenção de lucros, a auto-atribuição de elevados honorários, a outorga de vantagens pessoais a si próprio e a familiares⁵⁰, dentre outros.

Na eventualidade de delegação do uso da firma a terceiro não sócio, também há a responsabilização do sócio-gerente que a delegou no caso de abuso ou uso indevido por parte

⁴⁹ FERREIRA, Waldemar. *Tratado das Sociedades Mercantis*. 3. v. p. 162-163. *apud* DÓRIA, Dylson. *Curso de Direito Comercial*. 9. ed. 1 v. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 211.

⁵⁰ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 335.

do delegado, pois aquele responde por este. Esta responsabilização independe da existência de vedação da delegação no contrato, pois, de qualquer maneira, quem se utiliza da firma não pode praticar atos que configurem excesso de mandato.

Deve-se ressaltar, também, que somente o sócio-gerente pode desviar-se ou exceder-se no poder que exerce. Se o sócio não-gerente, por exemplo, utilizar indevidamente a firma social ou dela abusar caracteriza-se, diferentemente, ato ilícito absoluto, previsto no artigo 159 do Código Civil, bem como a responsabilidade criminal.

3.2.2. Violação do Contrato ou da Lei

Como preceitua o artigo 3º da Lei de Introdução ao Código Civil, ninguém pode escusar-se de cumprir a lei alegando desconhecimento. Da mesma maneira, considerando que o contrato tem força de lei entre as partes⁵¹, esse princípio aplica-se ao sócio-gerente também em relação às disposições contratuais⁵², cuja responsabilidade é explicitada pela parte final do artigo 10 do Decreto nº 3.708/19 "... pelos atos praticados com violação do contrato ou da lei".

A violação do contrato consiste exclusivamente das hipóteses de prática de atos *ultra vires*, isto é, que vão contra o estabelecido no contrato social. A violação da lei configura-se quando for praticado algum ato contrário ao estabelecido no ordenamento jurídico. Se, por uma eventualidade, houver violação de alguma disposição contratual que também esteja

⁵¹ GOMES, Orlando. *Contratos*. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1994. p. 161.

⁵² PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha, *ob. cit.*, p. 340.

prevista na lei, configurada está, indubitavelmente, a violação da lei, pois esta há que prevalecer.

Tratam-se, pois, de hipóteses em que sua verificação é mais objetiva, pois através da interpretação da lei ou do contrato pode-se concluir pela responsabilidade ou não do sócio-gerente. A mesma facilidade já não é encontrada quando analisam-se situações de excesso de mandato por desvio de poder⁵³, onde há uma carga maior de subjetividade na definição do que configura o desvio.

Como citado anteriormente, inclui-se aqui, com intuito de maior correção, o excesso de poder; situação que é caracterizada pelo fato do sócio-gerente desmandar-se na gestão dos negócios sociais, indo o ato praticado contra a lei ou contrato.

Quando o excesso diz respeito ao objeto social, alguns juristas buscam subsídios na doutrina dos atos *ultra vires societatis*, do direito anglo-americano, teoria esta que baseava-se na limitação das atividades da sociedade como meio de proteção dos acionistas em face dos atos dos administradores. Por esta teoria a sociedade não é responsável pelos atos de seu administrador se estes fossem estranhos ao objeto social.

Trata-se de matéria extremamente interessante, mas que, entretanto, não cabe ser aqui discutida, pois envolve a discussão acerca da responsabilidade da sociedade. Em poucas palavras pode-se dizer que tal teoria não tem encontrado receptividade em nosso País, onde predomina a tese de que a sociedade deve responder de forma ilimitada e solidária, perante terceiros de boa-fé, por todos os atos do sócio-gerente, independentemente das vedações contratuais ou legais. Adotam esta linha de pensamento, entre outros, Coelho⁵⁴, Lucena⁵⁵ e,

⁵³ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 335.

⁵⁴ COELHO, Fábio Ulhoa. *Código Comercial e Legislação Complementar Anotados*. 3. ed. São Paulo: Editora

com algumas colocações, Requião⁵⁶, bem como a maioria das decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. A única exceção diz respeito às responsabilidades assumidas sem a intenção de ser em nome da sociedade e a ela não aproveitando, como deduz-se do disposto no artigo 14 do Decreto nº 3.708/19, já abordado.

Quanto a responsabilidade do sócio-gerente perante a sociedade e os demais sócios, além das hipóteses de prática de atos *ultra vires*, como o ingresso em operações diversas das estabelecidas no contrato, são exemplos freqüentes de responsabilização aqueles violadores da Lei das Sociedades Anônimas, enquanto supletiva das omissões do contrato, tais como a doação ou venda de bens do ativo imobilizado sem o correspondente ingresso de recursos, a aplicação dos fundos da sociedade em negócio ou uso de conta própria ou de terceiro, ou, ainda, o mau desempenho no cargo, quando, por exemplo, há uma desobediência ao princípio do dever de lealdade.

Já perante terceiros, de todas das hipóteses em que o sócio-gerente pode ser imputado civilmente, ocorre mais freqüentemente o envolvimento de seu patrimônio pessoal quando se trata de não cumprimento de obrigação tributária, previdenciária ou ainda na liquidação irregular da sociedade.

Algumas hipóteses de responsabilização, por ocorrerem mais freqüentemente, por serem matéria muito em voga atualmente ou por terem previsão em outros dispositivos de lei, são analisadas individualmente a seguir.

Saraiva, 1997. p. 270.

⁵⁵ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 338-356.

⁵⁶ REQUIÃO, Rubens, *ob. cit.*, p. 326.

3.2.2.1. Responsabilidade por Débito Fiscal

Nesta área esclarece Fran Martins, “muitas decisões judiciais têm sido proferidas sobre a responsabilidade fiscal dos sócios; a maioria da jurisprudência tende a admitir essa responsabilidade apenas em relação aos gerentes, quando eles praticam atos com abuso ou excesso de poder.”⁵⁷

Entretanto, antes de abordar-se a fundo este aspecto, cabe aqui alguns esclarecimentos. O Código Tributário Nacional define o *responsável*, no âmbito do Direito Tributário, como o sujeito passivo indireto de uma obrigação tributária principal, nos termos do artigo 121, parágrafo único, inciso II:

“Art. 121 - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
Parágrafo único - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
I - (...)
II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.”

O responsável, então, é a pessoa que adquire a obrigação, por força de lei, mesmo que não tenha relação pessoal e direta com a situação configuradora do fato gerador, equiparando-se ao devedor principal.

Uma das espécies de equiparação do responsável ao contribuinte é a substituição tributária, como nas hipóteses previstas no artigo 135 do Código Tributário Nacional, mais especificamente em seu inciso III, que, não por acaso, estão inseridas no capítulo V deste diploma legal, que trata da Responsabilidade Tributária.

Dispõe o citado artigo:

“Art. 135 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - (...)

II - (...)

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.”

A hipótese em destaque revela que os atos praticados com excesso de poderes ou a violação da lei ou do contrato geram a responsabilidade tributária dos diretores, gerentes ou representantes em detrimento da responsabilidade do contribuinte, que é a sociedade.

Como não é possível a incidência da responsabilidade tributária sem a existência da respectiva obrigação tributária, conclui-se que esta é, necessariamente, anterior às infrações citadas. Como conseqüência, conclui-se que esses atos não geram a obrigação tributária, como pode transparecer-se em uma leitura menos aprofundada, pois esta somente surge com a ocorrência do fato gerador, nos termos do artigo 113, §1º, do Código Tributário Nacional.

Ensina Souza: “Nunca é demais repetir que a infração ou descumprimento do contrato e do estatuto social, não corresponde a fato gerador de obrigação tributária, não se podendo dizer que deste ato possa advir uma obrigação de pagar débito tributário.”⁵⁸

Assim, verifica-se que a responsabilização aqui não é subsidiária nem solidária. Trata-se, como ensinam Carlos Henrique Abrão⁵⁹ e Baleeiro⁶⁰, de responsabilidade por substituição, situação em que o responsável toma o lugar do devedor principal no pólo passivo da relação

⁵⁷ MARTINS, Fran, *ob. cit.*, p. 273.

⁵⁸ SOUZA, Gelson Amaro de, *ob. cit.*, p. 81-82.

⁵⁹ ABRÃO, Carlos Henrique *et al. Lei de Execução Fiscal Comentada e Anotada*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. p. 64.

⁶⁰ BALEEIRO, Aliomar. *Direito Tributário Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970. p. 435.

jurídica tributária, excluindo a responsabilidade da sociedade devido à natureza infratora ou excessiva de seus atos. No dizer de Souza⁶¹, a hipótese do referido artigo trata-se de responsabilidade por transferência, configurando-se uma divergência técnica-conceitual que não é possível aprofundar neste trabalho.

Tal dispositivo tem total aplicabilidade em relação ao sócio-gerente das sociedades por quotas, e vem corroborar o art. 10 do Decreto nº 3.708/19, como demonstram as seguintes decisões:

"EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR SUBSTITUIÇÃO. ARTIGO 135, III, DO CTN. I - O sócio dirigente de sociedade por quotas é sujeito passivo da obrigação tributária, como responsável por substituição (CTN, artigo 135, III). II - Nessa qualidade pode ter seus bens penhorados, independentemente de ação prévia para apuração de responsabilidade. Precedentes." (APELAÇÃO CÍVEL Nº 111.342-RJ, RELATOR MINISTRO CARLOS VELLOSO, JULGADO EM 04.06.86, DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO 26.06.86, P. 11.527)

"EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIROS. PENHORA SOBRE BENS DO SÓCIO DE FIRMA JÁ INEXISTENTE. Integralizado o capital social, somente o sócio gerente da sociedade por quotas de responsabilidade Ltda. responde por dívida fiscal se praticou algum ato com excesso de poderes ou infração de lei, contrato ou estatuto." (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - APELAÇÃO CÍVEL, Nº 18605, BALMITOS, DESEMBARGADOR RELATOR ERNANI RIBEIRO, DATA DECISÃO 22/02/83)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - PENHORA DE BENS DE SÓCIO-GERENTE - PEDIDO INDEFERIDO - RECURSO INTERPOSTO, IMPROVIDO, MANTIDA A DECISÃO AGRAVADA. A penhora só recairá em bens de diretor, gerente ou representante de pessoa jurídica de direito privado, na condição de responsável tributário, por força do disposto no art. 135, III, do Código Tributário Nacional, desde que o crédito tributário resulte de ato emanado de representante legal ou de outro sócio, praticado com excesso de poder ou infração da lei, do contrato social ou do

⁶¹ SOUZA, Gelson Amaro de. Responsabilidade Tributária e Legitimidade Passiva na Execução Fiscal. São Paulo: Editora Data Juris, 1993. p. 69.

estatuto; matéria esta que poderá ser discutida, amplamente, nos embargos de execução, mediante aplicação do previsto no inciso V, do art. 568 do CPC.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA –AGRAVO DE INSTRUMENTO, Nº 3404, SÃO MIGUEL DO OESTE, DESEMBARGADOR RELATOR RUBEM CÓRDOVA, DATA DECISÃO 18/03/86, PUBLICAÇÃO EM REVISTA: JURISPRUDÊNCIA CATARINENSE Nº 86 - 52/329)

“SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – RESPONSABILIDADE DO SÓCIO ATÉ O LIMITE DE QUOTAS - EXTINÇÃO DA SOCIEDADE - GARANTIA DO DÉBITO PESSOAL E ILIMITADA. 1. Nas sociedades limitadas, a responsabilidade dos seus sócios vai até o limite de suas quotas. 2. Ao sócio-gerente debita-se por inteiro a responsabilidade dos débitos da empresa, se provado ter agido com excesso de poder (art. 135, III, do CTN). 3. Se a sociedade limitada extingue-se irregularmente, sem que possam ser encontrados bens que garantam os seus débitos passam os sócios a responder pessoal e ilimitadamente. 4. Apelo Improvido.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 92.01.29952-4 – BAHIA - AC. 4ª TURMA - UNÂNIME - RELATORA: JUÍZA ELIANA CALMON – JULGADO EM 14.12.92 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO II, 01.02.93, PÁGINA 1749).

“DÍVIDA TRIBUTÁRIA DE EMPRESA - AFERIÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE SÓCIO-GERENTE - DISTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO POR DÍVIDA PRÓPRIA E ALHEIA. Verificação da infração fiscal em 02.05.84. Época em que o impetrante era o principal cotista da empresa e representante legal. Posição que não transforma "responsável" em contribuinte. CTN, 121, II. Obrigação por dívida própria e obrigação por dívida alheia. Distinção. Fisco que confundiu contribuinte com responsável tributário. Na impossibilidade de pagamento pela pessoa jurídica e demonstrada a responsabilidade do sócio-gerente, a exigência poderia ser feita ao responsável tributário. Diligência de cobrança de débito à pessoa jurídica. Ausência. Descaminho. Procedimento diverso. Manifesta ilegalidade de cobrança. Devido processo legal. Artigo 5º, inciso LIV da CF/88. Inobservância. Exigência que se faz por execução fiscal. Cobrança. Anulabilidade. Fisco que deverá utilizar procedimento adequado. Provimento parcial. Decisão unânime.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 91.02.00185-3 - RIO DE JANEIRO - AC. 2ª TURMA - UNÂNIME -RELATOR: DESEMBARGADOR FED. ALBERTO NOGUEIRA - JULGADO EM 18.08.92 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO II, 15.10.92, PÁG. 32516)

Apesar de nenhum autor consultado fazer qualquer ressalva específica, pode-se dizer que a previsão do artigo 135, III, do Código Tributário Nacional é a única exceção ao princípio da responsabilização *solidária* do sócio-gerente com a sociedade pelos atos praticados com violação da lei ou contrato. Trata-se, pois, da responsabilidade excludente do sócio-gerente pelo débito fiscal.

Baseando-se no dispositivo citado, o extinto Tribunal Federal de Recursos procurava constantemente alcançar o patrimônio pessoal dos sócios-gerentes nas ações promovidas pelo Fisco. Contudo, algumas vezes, decidia com certo exagero, como ressalta Requião⁶². Considerava esta corte que a falta de recolhimento de tributos constitui infração à lei, ensejando a responsabilidade pessoal elencada no artigo 135 do Código Tributário Nacional.

Entretanto, interpretando-se de maneira diversa, conclui-se que a intenção do legislador no referido artigo não poderia ser esta. Verifica-se que já existe previsão de responsabilização dos sócios nos casos de intervenção ou omissão, como o inadimplemento de tributo, no artigo 134, do mesmo código:

“Art. 134 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - (*omissis*)

...

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.”

⁶² REQUIÃO, Rubens, *ob. cit.*, p. 357.

Neste caso, considerando-se a sociedade por quotas como sociedade de pessoas⁶³, conforme posição adotada no item 2.3.6, a responsabilidade dos sócios é, de maneira diversa, subsidiária, sendo possível a execução direta somente após a prévia comprovação da liquidação da sociedade⁶⁴, e solidária, para os que efetivamente interferiram por ação ou omissão, isto é, os que exerceram a administração.

Como preleciona Baleeiro, configura-se a hipótese do artigo 134 “nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal por parte do contribuinte, se tais pessoas responsabilizadas intervierem nos atos tributados ou cometeram omissões de deveres que incumbiam, segundo a lei fiscal.”⁶⁵

Outro aspecto de caráter diferenciador é que este dispositivo

“atribui responsabilidade por ato ou por omissão à prática de atos aos quais era responsável. Não se exige que este ato ou essa omissão sejam lícitos ou ilícitos. O que se leva em conta é a prática do ato ou a sua omissão em praticá-lo. Porquanto no artigo 135, mais que o simples ato ou a simples omissão, exige-se que estes sejam contrários à lei, estatuto ou contrato social, ou ainda com excesso ou abuso de poder. Quer dizer, o artigo 135, somente tem aplicabilidade em casos de omissão ou prática ilícita.”⁶⁶

Tal distinção tem como consequência, inclusive, que no caso do artigo 134 não respondem os sócios pelas multas punitivas, conforme disposto em seu parágrafo único, enquanto que tais penalidades são aplicáveis na hipótese de substituição do artigo 135, III.

Em outras palavras, deve-se ter em mente que, para configurar a hipótese do artigo 135, III, é imprescindível a existência de alguma ilegalidade ou fraude no ato do sócio-

⁶³ Em sentido contrário, considerando a sociedade por quotas como tipo societário diverso das sociedades de capital ou de pessoas, baseando-se na lição da Aliomar Baleeiro, já decidiu o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Acórdão da 5ª Câmara Civil de 20.05.80, Agravo de Instrumento nº 2.960, Rel. Des. Cláudio Lima).

⁶⁴ DENARI, Zelmo. *Curso de Direito Tributário*. 3. ed. São Paulo: Editora Forense, 1993. p. 204.

⁶⁵ BALEEIRO, Aliomar, *ob. cit.*, p. 433.

⁶⁶ SOUZA, Gelson Amaro de, *ob. cit.*, p. 70.

gerente; se esta característica não estiver presente não há como caracterizar-se a responsabilidade pessoal⁶⁷.

Tavares Paes posiciona-se no mesmo sentido: "O mero atraso no pagamento do tributo não é infração ao art. 135, III, do CTN."⁶⁸

Fazem ressalva alguns autores que o não pagamento de tributo devido somente seria caso de infração à lei quando há o recolhimento não seguido do respectivo repasse, como confirma Abreu:

"Os casos de desconto na folha de pagamento do empregado, por exemplo (imposto de renda, contribuição previdenciária), e de cobrança de IPI (por ocasião de venda) e o não recolhimento das quantias respectivas, que constituem, sem sombra de dúvida, infrações da lei, diferem da simples falta de pagamento do tributo devido pelo contribuinte. Neste último caso o sócio-gerente não é responsável, como tem decidido nossas cortes de justiça: 'A responsabilidade dos sócios, pela dívida social, relativa a tributos, depende de atos que hajam praticado com excesso de poderes ou infração à lei; não ocorre essa responsabilidade pela simples falta de pagamento do imposto de renda, devido pela sociedade.' (TFR, EAgP 35.464-SP, Pleno, 7-5-1974, *Revista do TFR*, 46:17)."⁶⁹

Se for hipótese de excesso ou violação, a execução fiscal pode ser tranqüilamente promovida nos termos da Lei nº 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública. Dispensa-se, inclusive, a necessidade de inserção do nome do sócio-gerente na certidão de dívida ativa, que é o título executivo extrajudicial, para o êxito da execução contra ele, como mostram as seguintes decisões:

⁶⁷ MORAES, Bernardo Ribeiro de. *Compêndio de Direito Tributário*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987. p. 668.

⁶⁸ PAES, P. R. Tavares. *Comentários ao Código Tributário Nacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. p. 228.

⁶⁹ ABREU, Iolanda Lopes de, *ob. cit.*, p. 68.

“RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - NOME DO RESPONSÁVEL NA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - DESNECESSIDADE - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO SÓCIO-GERENTE. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DIRETOR-PRESIDENTE. - O fato do nome do responsável tributário não constar da certidão de dívida ativa não inibe a proposição da execução contra ele. - O Sócio gerente é solidariamente responsável pelo débito, não sendo atingido pela interrupção da prescrição contra a devedora principal.” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RECURSO ESPECIAL Nº 31.256-9 - SÃO PAULO - AC. 2ª TURMA - UNÂNIME - RELATOR: MINISTRO AMÉRICO LUZ - JULGADO EM 16.11.94 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO I, 12.12.94, PÁG. 34346)

“CITAÇÃO - SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - SÓCIO-GERENTE - EXECUÇÃO - PRÁTICA DE ATO VIOLADOR DE LEI - POSSIBILIDADE - ART. 202/CTN - PRESSUPOSTOS SATISFEITOS - DÉBITO -DECRETO-LEI 2303/86. 1 - O sócio-gerente pode ser citado para responder pela execução, ainda que o seu nome não conste da certidão da dívida ativa e da inicial do processo de execução, se houve prática de ato violador de lei, e se ficou constatado que a sociedade não foi localizada, ou não tem bens ou que os que tem não bastam para o pagamento. 2 -Requisitos previstos no art. 202 CTN presentes na CDA. 3 - Débito consolidado superior a Cz\$ 10.000,00. 4 - Apelação improvida.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - APELAÇÃO CÍVEL Nº 92.01.18485-9 - MINAS GERAIS - AC. 3ª TURMA -UNÂNIME - RELATOR: JUIZ TOURINHO NETO - JULGADO EM 19.08.92 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO II, 27.08.92, PÁG. 25882)

Mais exemplar é quando há a concordância dos demais sócios para a prática do ato violador. Neste caso, que não é o escopo deste trabalho, tanto o sócio-gerente como os demais sócios devem responder solidariamente com seus patrimônios pessoais, mas tendo por fundamento, diferentemente, o artigo 16 do Decreto nº 3.708/19, pois configura-se uma deliberação ilícita. Abrão entende que esta anuência deve ser sempre escrita, não admitindo a “concordância tácita”.⁷⁰

⁷⁰ ABRÃO, Nelson, *ob. cit.*, p. 117.

Em caso contrário, tem sido majoritário o entendimento da jurisprudência quando responsabiliza pessoalmente os sócios-gerentes e administradores de sociedades somente quando houver infração de lei de outra natureza, que não a lei fiscal:

“EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSTO TERRITORIAL URBANO. DÍVIDA DE SOCIEDADE POR QUOTAS. AÇÃO INTENTADA CONTRA SÓCIO-GERENTE. INADMISSIBILIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. CARÊNCIA DE AÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. – O sócio-gerente não responde por obrigação de natureza fiscal contraída por sociedade de quotas de responsabilidade limitada. Responde, isto sim, por excesso de mandato e por atos violadores do contrato ou da lei.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - APELAÇÃO CÍVEL Nº 32858, LAGUNA, RELATOR DESEMBARGADOR FRANCISCO XAVIER MEDEIROS VIEIRA, DATA DA DECISÃO 07/05/91, in DIÁRIO DA JUSTIÇA DE SANTA CATARINA nº 8260, de 28-05-91, pág. 10)

“SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - SÓCIO-GERENTE - IMPOSSIBILIDADE - FALTA DE PAGAMENTO DO TRIBUTO - IRRELEVÂNCIA - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA INOCORRENTE - DECRETO 3708/19, ART. 10 - ART. 134/CTN, III - LEI 6830/80, ART. 4º, V. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA RESPONSÁVEL - SÓCIOS-GERENTES - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ESPÉCIE. Os sócios-gerentes respondem, a títulos de substitutos, pelos débitos tributários da empresa ou firma apenas resultantes de seus atos praticados com excesso de poder ou com violação ao estatuto social ou à lei. A falta de pagamento do tributo no tempo oportuno não enseja, por si, o recurso à substituição tributária responsável. Aplicação dos arts. 10 do Dec. nº 3.708/19; 134, III, do CTN; e 4º, V, da Lei nº 6.830/80. Recurso improvido.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 594096430 - 1ª CÂMARA CÍVEL - RELATOR: DESEMBARGADOR CELESTE VICENTE ROVANI - JULGADO EM 13.09.94 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, 02.03.95, PÁG. 10)

“APELAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. O sócio-gerente só responde pelas dívidas da empresa quando praticou atos excedentes dos poderes de que dispunha ou em violação do contrato ou da lei, não importando a simples falta de recolhimento de tributos na substituição processual de que cuida o Código Tributário Nacional. Sentença confirmada.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - APELAÇÃO CÍVEL Nº 28648, MONDAÍ, DESEMBARGADOR RELATOR NORBERTO UNGARETTI, DATA DECISÃO 22/11/88)

No entanto, em sentido contrário, considerando o não recolhimento como violação da lei:

"O sócio-gerente de uma sociedade limitada é responsável, por substituição, pelas obrigações fiscais da empresa a que pertencera, desde que essas obrigações tributárias tenham fato gerador contemporâneo ao seu gerenciamento, pois que age com violação à lei o sócio-gerente que não recolhe os tributos devidos. - Precedentes da Corte. - Recurso improvido." (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSO ESPECIAL Nº 34.429-7 – SÃO PAULO - AC. 1ª TURMA - UNÂNIME - RELATOR: MINISTRO CÉSAR ROCHA –JULGADO EM 23.06.93 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO I, 06.09.93, PÁGINA 18019).

“ARTIGOS 135 – *CAPUT* E III, 136, CTN. 1. O sócio-gerente de uma sociedade limitada, por substituição, é objetivamente responsável pela dívida fiscal, contemporânea ao seu gerenciamento, constituindo violação a lei o não recolhimento. Não exclui a sua responsabilidade o fato do seu nome não constar na certidão da dívida ativa.” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RECURSO ESPECIAL Nº 10.547. PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO EM 05.09.94, PÁGINA 23033)

“TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO POR DÍVIDA DA SOCIEDADE LIMITADA. REQUISITOS NECESSÁRIOS. PRECEDENTES. 1. O sócio-gerente de uma sociedade limitada é responsável, por substituição, pelas obrigações fiscais da empresa a que pertencera, desde que essas obrigações tributárias tenham fato gerador contemporâneo ao seu gerenciamento, pois que age com violação à lei o sócio-gerente que não recolhe os tributos devidos. 2. Precedentes da Corte. 3. Recurso improvido.” (REVISTA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - JAN./94 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 1ª TURMA RECURSO ESPECIAL Nº 34.429-7 - SP - REG. 93.0011319-4 –CÉSAR ROCHA - RECORRENTE: OSCAR DUARTE ATANÁZIO - RECORRIDA: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO - 23.06.93)

A divergência aumenta quando interpreta-se o artigo 136, do Código Tributário Nacional, que dispõe que a responsabilização por infrações independe da intenção do agente ou do responsável, salvo disposição de lei em sentido contrário. Neste caso não se questiona se houve culpa ou dolo no ato, havendo a previsão de uma responsabilidade objetiva por

ilícitos tributários. Caberia aqui, inclusive, a inversão do ônus da prova, obrigando ao acusado provar que não é hipótese de substituição.

Apesar deste dispositivo referir-se somente à responsabilidade pelas multas, surge a questão da configuração objetiva do ilícito tributário que, por sua vez, ensejaria a substituição do artigo 135, III, do mesmo diploma legal. Esta questão não é pacífica na doutrina nacional, pois “em casos especiais, há lugar para a equidade (CTN art. 108, IV), na interpretação do dispositivo. Por vezes, Tribunais, inclusive o STF, tem cancelado multas, quando evidente a boa fé do contribuinte.”⁷¹ Fazendo-se uma analogia com o Direito Penal, verifica-se que a intenção de fraudar o fisco seria requisito indispensável para caracterizar-se a infração tributária. Some-se, ainda, a obrigatoriedade de aplicação do princípio *in dubio pro reu*. Isto posto, não se pode concordar com a aplicação do citado dispositivo nas hipóteses de responsabilidade pessoal do sócio-gerente, pois vai totalmente contra a teoria da responsabilidade subjetiva adotada neste trabalho. Aceita-se, entretanto, a responsabilidade objetiva da sociedade pelos atos praticados pelo seu agente, mas este não pode, em qualquer hipótese, ser demandado sem a apuração da culpa ou dolo.

Na prática, ainda, verificam-se algumas diferenças de suma importância. Quando há o desvio deliberado, a sonegação fiscal propriamente dita, não há dúvida, caracteriza-se plenamente o ato infringente da lei, e cabe a substituição da sociedade pelo sócio-gerente. Mas, quando o não recolhimento for originado por uma situação financeira precária da sociedade, normalmente causada pela inadimplência de alguns clientes, que impediu aquela de honrar sua dívida, é extremamente discutível se cabe a responsabilidade pessoal. Neste

⁷¹ BALEEIRO, Aliomar, *ob. cit.*, p. 436.

caso, o sócio-gerente, mesmo que tenha realizado os lançamentos devidos, não pôde dispor da quantia, simplesmente devido a incapacidade da sociedade de realizar o pagamento, o que não configura culpa ou dolo. Em não se configurando a culpa ou dolo, não há que se falar em responsabilidade civil pessoal do sócio-gerente, pois que esta é sempre subjetiva.

Entretanto, na maioria esmagadora dos casos, as Procuradorias Fiscais buscam obter a responsabilidade pessoal de todos os sócios, e não apenas do sócio-gerente, nas execuções que promove. Nestas hipóteses, o fundamento utilizado, diferentemente, é a doutrina da desconsideração da personalidade jurídica, a qual tem tido boa aceitação pelos juízos de primeiro grau.

3.2.2.2. Responsabilidade por Débito Previdenciário

As contribuições sociais são espécies de tributo, na qualidade de contribuições especiais, conforme dispõe os artigos 149 e 195 da Constituição Federal de 1988.

Ensina Cassone:

“São elas de natureza jurídica tributária, não só pelo fato de estarem inseridas no capítulo do Sistema Tributário, como também porque o texto constitucional faz referência expressa a princípios de direito tributário.

(...)

Pelo que se percebe do texto constitucional, os tributos a que se refere o art. 195 são chamados de ‘contribuições sociais’, e, se a Constituição assim os denomina ou classifica, deve-se aceitar a sua determinação. Sendo assim, tais contribuições não mais se encontram no campo da Parafiscalidade (que se situa fora do sistema tributário - como ocorria na CF anterior), mas passam, com a CF/88, a serem espécies do gênero tributo. Esse também é o entendimento de Ives Gandra da Silva Martins.”⁷²

⁷² CASSONE, Vittorio. *Direito Tributário*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1993. p. 61-62.

Corroborando estes dispositivos constitucionais, já pela antiga Lei nº 3.807/60 – Lei Orgânica da Previdência Social, artigo 157, os créditos da Previdência Social equiparavam-se aos da União, e sujeitavam-se às mesmas previsões legais, inclusive ao disposto no artigo 135, III, do Código Tributário Nacional. Atualmente, a mesma disposição encontra-se no Decreto nº 2.173/96, artigo 65.

O artigo 8º da Lei nº 8.620/93 assegura ao INSS as mesmas prerrogativas e privilégios da Fazenda Pública nas causas em que for parte. Além disto, os débitos previdenciários devem ser destinados à inscrição na Dívida Ativa do INSS e da Fazenda Nacional, como dispõem o artigo 39 da Lei nº 8.212/91, alterado pela Lei nº 8.620/93, e o artigo 64, §§ 1º e 5º, do Decreto nº 2.173/96.

Sobre a responsabilidade pessoal, dispõe a Lei nº 8.620/93:

“Art. 13 - O titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social.

Parágrafo único. Os acionistas controladores, os administradores, os gerentes e os diretores respondem solidariamente e subsidiariamente, com seus bens pessoais, quanto a inadimplemento das obrigações para com a Seguridade Social, por dolo ou culpa.”

Isto posto, verifica-se que as hipóteses de responsabilidade pessoal pelas dívidas previdenciárias guardam semelhanças com as hipóteses relativas aos demais tributos. Como os débitos previdenciários, enquanto débitos tributários, equiparam-se aos da União e são inscritos em dívida ativa, a violação da lei previdenciária enseja a execução direta contra o sócio-gerente, nos termos da Lei nº 6.830/80.

Segundo Coelho, nos “débitos da sociedade enquadráveis como dívida ativa, de natureza tributária ou não-tributária (Lei nº 6.830/80, art. 2º), os sócios-gerentes respondem por inadimplemento por parte da sociedade limitada.”⁷³

Assim também tem decidido nossos tribunais, como verifica-se pelas seguintes decisões:

“TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - SÓCIO-GERENTE -RESPONSABILIDADE. 1. O não recolhimento das contribuições descontadas dos empregados traduz-se em responsabilidade por substituição do sócio-gerente, sendo irrelevante sua retirada da sociedade, se o débito for relativo ao período de sua administração. 2. Apelação desprovida.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - APELAÇÃO CÍVEL Nº 89.01.24246-0 - DISTRITO FEDERAL - AC. UNÂNIME DA 3ª TURMA - 1ª REGIÃO - JULGADO EM 14.05.90 - PUBLICADO EM 29.06.90 - DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO, PÁG. 14.387 - RELATOR: JUIZ FERNANDO GONÇALVES.)

“COMERCIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO PREVIDENCIÁRIO. SÓCIO-GERENTE. EXCESSO DE PODER E INFRAÇÃO À LEI. RESPONSABILIDADE POR SUBSTITUIÇÃO. CTN, ART. 135, III. - Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, o sócio que detém o uso e a representação legal da razão social e pratica atos gerenciais responde pelo pagamento de contribuições previdenciárias, não recolhidas na época própria e por ele reconhecidas e confessadas. - Inteligência do art. 16 do Decreto nº 3.708/19, c/c o art. 135, III, do CTN. - Apelação provida, Remessa oficial prejudicada.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO - 1ª TURMA - APELAÇÃO CÍVEL Nº 92.01.215819 - GO - VICENTE LEAL - APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - APELADO: NEIRON CRUVINEL - 15.03.93 - DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO DE 12.04.93)

Portanto, como nas dívidas fiscais, o recolhimento de contribuição previdenciária não acompanhado do repasse ao INSS caracteriza violação da lei, cabendo a responsabilidade pessoal do sócio-gerente⁷⁴. Contudo, nestas hipóteses, diferentemente da postura adotada em

⁷³ COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial*. 7. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996. p. 148.

⁷⁴ ABREU, Iolanda Lopes de, *ob. cit.*, p. 66.

relação ao simples inadimplemento, os tribunais têm adotado uma postura mais rígida, pelo fato de envolver interesses do trabalhador ou por que resta mais evidente a retenção dos valores devidos, principalmente da parcela do empregado, como mostra a jurisprudência:

“O sócio-gerente de sociedade por cotas de responsabilidade limitada pode ser responsabilizado por dívida tributária da sociedade quando vinculada a procedimento seu que vulnere a lei. O mesmo entendimento há de se aplicar no diretor de sociedade anônima, posto que os dispositivos legais pertinentes são substancialmente idênticos. O simples inadimplemento da obrigação de recolher o tributo não leva à responsabilidade. Entretanto, quando o sócio-gerente da sociedade por cotas ou o diretor da sociedade anônima deixam de recolher as importâncias devidas à Previdência Social e descontadas do salário dos empregados, configura-se apropriação de valores que não lhes pertencem. Relativamente a estas parcelas pode ser-lhe exigido o pagamento.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL -V. U. 6ª T. - DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO 27.2.89 - APELAÇÃO CÍVEL 157.638 – RIO GRANDE DO SUL - RELATOR MINISTRO EDUARDO RIBEIRO - ADCOAS 13 –MAIO 89)

“PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA DE BEM DE SÓCIO-GERENTE DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. Se os bens da sociedade não bastam para o pagamento da dívida, cabível é a penhora de bem de sócio-gerente seu, o qual somente não responde pelo débito se comprovar não ter agido com excesso de mandato ou violação de lei ou contrato, ainda mais em se tratando de cobrança de contribuições previdenciárias não recolhidas, pois, neste caso, compete-lhe provar não terem sido tais contribuições descontadas dos salários pagos aos empregados, o que caracterizaria sua responsabilidade pessoal no caso. Agravo provido.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 4ª T.; AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 49.894-SP; REL. MIN. ARMANDO ROLEMBERG; J. 30.06.1986; V.U.; DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO, 09.10.1986, PÁGINA 18.830, BAASP, 1459/293 DE 03.12.1986)

“SOCIEDADE POR COTAS. A responsabilidade dos sócios é, em regra, limitada ao total do capital social. Tratando-se, porém, de contribuições descontadas dos salários dos empregados e não recolhidas pela empresa, aplica-se o art. 10 da Lei nº 3.708 (sic), de 10 de janeiro de 1919, e o sócio dirigente responde pessoal e ilimitadamente pelos atos praticados com violação da lei” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1ª T., RECURSO EXTRAORDINÁRIO 76.289-SP, 19-11-1973, RTJ, 68:228)

Também dispensa-se que o nome do sócio-gerente executado conste no título executivo, no caso a certidão de dívida ativa, como demonstra Coelho: “sendo ato administrativo e, portanto, presumivelmente verdadeiro, a Certidão de Dívida Ativa a cargo de sociedade pode ser executada, diretamente, no patrimônio particular do sócio-gerente, ...”⁷⁵

A jurisprudência neste sentido também tem se pronunciado:

“Ao deixar de recolher a contribuição previdenciária, o sócio-gerente infringe a lei da Previdência Social. Não tendo a sociedade bens suficientes para garantir a execução, o sócio-gerente, como responsável por substituição (CTN, art. 135, III) responde pelo débito, independentemente de seu nome constar do título extrajudicial (certidão de inscrição do débito na dívida ativa).” (TRF - 1ª região, JSTJ 19/266)

Assim, a Procuradoria do INSS tem promovido execuções fiscais, nos termos da Lei nº 6.830/80, contra sócios-gerentes de sociedades por quotas com base principalmente no artigo 13 da Lei nº 8.620/93.

A título de complementação, no âmbito criminal existe a previsão do crime de apropriação indébita pela falta de recolhimento das contribuições previdenciárias, onde considera-se pessoalmente responsável o gerente; de acordo com o artigo 86, parágrafo único, da Lei nº 3.807/60, e artigo 95, § 3º, da Lei nº 8.212/91.

3.2.2.3. Responsabilidade por Violação à Lei Ambiental

⁷⁵ COELHO, Fábio Ulhoa, *ob. cit.*, p. 148.

A violação da lei ambiental também inscreve a responsabilidade do sócio-gerente como solidária e ilimitada, como dispõe o artigo 10 do Decreto nº 3.708/19. O princípio do “quem polui, paga” é aqui perfeitamente aplicável.

Alguns autores, inclusive, colocam que a responsabilidade civil, nestes casos, é objetiva, sendo necessário apenas demonstrar o nexu causal entre a conduta do réu e a lesão ao meio ambiente⁷⁶. Baseiam-se aqueles na Lei nº 6.938/81 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que, em seu artigo 14, § 1º, dispõe que o poluidor é obrigado, independentemente de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

Subscrevendo esta interpretação, Machado coloca:

“Não se aprecia subjetivamente a conduta do poluidor, mas a ocorrência do resultado prejudicial ao homem e seu ambiente. A atividade poluente acaba sendo uma apropriação pelo poluidor dos direitos de outrem, pois na realidade a emissão poluente representa um confisco do direito de alguém em respirar ar puro, beber água saudável e viver com tranqüilidade.”⁷⁷

⁷⁶ STOCO, Rui, *ob. cit.*, p. 231-232.

⁷⁷ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 1992. p. 211.

Isto posto, verifica-se que o sócio-gerente deve responder pelos atos que decorram em prejuízo ambiental, enquanto violação da lei ambiental. Ressalte-se, contudo, que a responsabilidade aqui depende, novamente, da comprovação da culpa ou dolo, subsistindo a responsabilidade objetiva apenas da sociedade em relação ao dano. Deve-se considerar o fato de que quem assume o risco da atividade empresarial é a sociedade e não o sócio-gerente, que, ressalte-se, é sócio de responsabilidade limitada.

O repertório da jurisprudência nacional não inclui, ainda, nenhuma decisão neste sentido, possivelmente mais pela falta de solicitação por parte de terceiros ou do Ministério Público, que optam por exigir apenas da sociedade a reparação, do que pela interpretação da lei.

3.2.2.4. Responsabilidade por Infração da Ordem Econômica

É recente a legislação que trata da preservação da ordem econômica e da livre concorrência, além da repressão ao abuso do poder econômico. As normas gerais que estavam previstas na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 170, IV e V e 173, parágrafos 4º e 5º, foram regulamentadas pela Lei nº 8.884/94, denominada Lei de Proteção da Concorrência ou Lei Antitruste.

Dispõe a referida lei:

“Art. 16 - As diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, solidariamente.”

Contudo, a solidariedade nesta lei possui um âmbito alargado, decorrência do seu artigo 15:

“Art. 15 - Esta lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades de pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.”

Segundo Fonseca, neste dispositivo “o legislador procurou dar amplitude à norma para abranger todas aquelas situações em que se verifique a possibilidade de ocorrerem infrações à ordem jurídica.”⁷⁸

Por este motivo, no artigo 16 citado não é feita qualquer menção a tipos societários específicos. Verifica-se, então, que, neste caso, a solidariedade não decorre da legislação comercial relativa às sociedades, mas sim da disposição geral do Código Civil:

“Art. 896 - A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.”

Em hipóteses de abuso de poder econômico, o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, tem poder de intervir nas sociedades infratoras a fim de tomar providências corretivas no âmbito administrativo. Dentre as medidas cabíveis estão previstas, principalmente, as multas, conforme o artigo 23 e seguintes da Lei nº 8.884/94, que são aplicáveis diretamente pelo CADE.

Assim, na execução da aplicação das multas, o CADE pode investir também contra o gerente, solidário nesta obrigação, conforme artigo 904 do Código Civil:

⁷⁸ FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Lei de Proteção da Concorrência: Comentários à Lei Antitruste*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995. p. 81.

“Art. 904 - O credor tem direito a exigir e receber de um ou alguns dos devedores, parcial, ou totalmente, a dívida comum.”

Além da responsabilidade solidária, prevê também a Lei nº 8.884/94, a responsabilidade pessoal e exclusiva do administrador:

“Art. 23 - A prática de infração da ordem econômica sujeita os responsáveis às seguintes penas:
I - (...)
II - no caso de administrador, direta ou indiretamente responsável pela infração cometida por empresa, multa de dez a cinquenta por cento do valor daquela aplicável à empresa, de responsabilidade pessoal e exclusiva ao administrador.”

Conclui-se, então, que o disposto no artigo 16 da Lei nº 8.884/94 é mais um fundamento a corroborar as hipóteses de responsabilidade pessoal do gerente por violação da lei, no caso, a lei de proteção da concorrência, previstas no Decreto nº 3.708/19.

Ressalte-se que a ausência de jurisprudência neste sentido tem como causas, além do pouco tempo de vigência da lei, a ocorrência de recursos apenas em nível administrativo.

3.2.2.5. Responsabilidade na Liquidação da Sociedade

A dissolução da sociedade pode ocorrer por qualquer dos motivos enumerados nos artigo 335 do Código Comercial, para as sociedades de pessoas, ou no artigo 206 da Lei das Sociedades Anônimas, para as sociedades de capital. As causas dispostas na lei não são taxativas, pois a doutrina majoritária admite outras.

Verificadas uma das causas dissolutórias previstas em lei ou contrato, instaura-se a liquidação da sociedade. A liquidação, como o passo seguinte à dissolução no processo que

culmina com a extinção, consiste, em linhas gerais, da realização do ativo, pagamento do passivo e rateio do remanescente entre os sócios.

Penteado⁷⁹, apesar de correntes contrárias, é da opinião que se aplicam à matéria de dissolução e liquidação nas sociedades por quotas, de acordo com o disposto no artigo 18 do Decreto nº 3.708/19, as normas contidas no Capítulo XVII da Lei das Sociedades Anônimas, tanto por sua perfeita adaptabilidade às sociedades por quotas quanto por sua relativa atualidade. Segundo este autor, dificilmente o contrato social contém qualquer previsão e, da mesma forma, o referido Decreto nada dispõe neste sentido. Além disto, não se aplicam, aqui, as disposições do Código Comercial pelo fato do Decreto nº 3.708/19 não fazer remissão expressa aos artigos 335 a 353 do Código.

Adotando-se este ponto de vista, e reportando-se inteiramente à Lei das Sociedades Anônimas, a liquidação regular pode ser judicial ou extrajudicial. Na liquidação extrajudicial, antes de instaurar-se o procedimento ordinário de liquidação, verifica-se a possibilidade de utilizar-se do procedimento simplificado, onde em ato único - o distrato – ocorre a dissolução, liquidação e a extinção da sociedade; o que constitui a maioria dos casos que envolvem sociedades por quotas. Impossibilitada a sociedade de fazer uso do procedimento simplificado, sendo omissa o contrato e observando-se os princípios da Lei das Sociedades Anônimas, passa “a sociedade a funcionar com a denominação social seguida das palavras ‘em liquidação’ (art. 212), sob a responsabilidade de liquidante-sócio ou de terceiro que os

⁷⁹ PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 1995. p. 124.

quotistas designarem por maioria (art. 208), eleição que, via de regra, recai sobre o sócio-gerente.”^{80 81}

Ocorrendo a liquidação judicial da sociedade, esta segue, de forma diversa, o procedimento especial dos artigos 655 a 672 do Código de Processo Civil, e não o ordinário dos artigos 673 e 674, aplicáveis somente para as sociedades anônimas e sociedades de fato.

Concluída a extinção, seja por procedimento simplificado ou ordinário, arquivam-se o distrato no Registro de Comércio. Deste procedimento decorre a validade das operações perante terceiros e, assim sendo, desobrigam-se os sócios e gerentes das responsabilidades pelas dívidas sociais, sempre ressalvado o direito de credor não satisfeito, conforme artigo 218 da Lei das Sociedades Anônimas.

Assim, verifica-se que a formalização da liquidação regular da sociedade, com o arquivamento do distrato, é imprescindível. Além disto, é obrigatório que o distrato esteja completo, estando sujeito, inclusive, em caso contrário, a aditamento.

Contudo, é costume em nosso meio empresarial, segundo Penteado: “os sócios, acionistas e administradores das sociedades descurarem-se de formalizar a sua dissolução e liquidação, mormente quando inexistente passivo social a saldar.”

Não é necessário ressaltar que mesmo em não havendo débitos, tributários ou não, é imprescindível a dissolução formal e as prévias medidas liquidatórias. A liquidação irregular da sociedade, com o desvio de bens sociais, ainda que entre os sócios, enseja a responsabilidade pessoal do sócio-gerente. Trata-se de um comportamento infringente da lei,

⁸⁰ PENTEADO, Mauro Rodrigues, *ob. cit.*, p. 133-134.

⁸¹ Faz-se aqui uma distinção entre as figuras do sócio-gerente, que apenas mantém suas funções administrativas, até o momento da extinção da sociedade, perdendo alguns poderes, de acordo com o artigo 340 do Código Comercial, e a do liquidante, nomeado especificamente para coordenar todo o processo da dissolução até a

pois que sua obrigação consiste, tanto da realização do ativo e pagamento do passivo, quanto da promoção da liquidação regular.

Segundo Abreu:

“Outro fato que a jurisprudência tem considerado como violador da lei é o encerramento irregular da atividade social, ou melhor, a cessação do funcionamento sem a dissolução e liquidação regulares. E as decisões nesse sentido merecem aplauso, pois - quantas vezes - com a paralisação da atividade os bens são desviados e os credores ficam prejudicados.”⁸²

No mesmo sentido, coloca Penteado:

“Caso os acionistas, administradores e conselheiros fiscais obrarem de forma incompatível com o estado de liquidação, haverá, ademais, violação da lei e, conforme o caso, do próprio estatuto, gerando a responsabilidade a que aludem os arts. 115 *usque* 117, 158 e 165 da Lei nº 6.404/76.”⁸³

Portanto, do não cumprimento dos procedimentos que visam a liquidação regular, decorrem algumas conseqüências. A ausência ou simulação de liquidação regular têm dado ensejo a ações objetivando a responsabilidade dos sócios, gerentes ou não, pelas dívidas da sociedade, o que está em perfeita sintonia com o artigo 10 do Decreto nº 3.708/19. A sociedade, nestes casos, não poderá ser considerada extinta.

Esta responsabilidade especial do sócio-gerente dá-se pelo fato de que mesmo antes do início do procedimento de liquidação, antes da definição do modo e da nomeação do liquidante, aquele tem suas funções alteradas: a pessoa jurídica continua a subsistir, mas com nova finalidade, como dispõe o artigo 207 da lei das Sociedades Anônimas. Esquecendo-se deste detalhe, responde pessoalmente o sócio-gerente, nos termos do artigo 158 da mesma lei.

extinção. Mesmo que ambas as figuras confundam-se em uma só pessoa, analisa-se aqui somente as atribuições relativas ao sócio-gerente em sua função original.

⁸² ABREU, Iolanda Lopes de, *ob. cit.*, p. 69.

A responsabilidade do administrador subsiste até a extinção da sociedade, juntamente com o liquidante, como está disposto no artigo 217 da Lei das Sociedades Anônimas. Pelo princípio da continuidade administrativa, do artigo 150, § 4º, da mesma lei, é, da mesma forma, o administrador responsável pela integridade e conservação dos bens sociais até a investidura do liquidante.

Assim sendo, os tribunais do país têm admitido, pacificamente, a responsabilidade pessoal do sócio-gerente em liquidação irregular, como, por exemplo, quando houver credor não satisfeito. Neste caso cabe ação deste contra os sócios, inclusive contra o sócio-gerente, para que deles se exija, individualmente, o pagamento dos créditos, até o limite da soma recebida a título de partilha do acervo social, tal qual na Lei das Sociedades Anônimas.

São exemplos as seguintes decisões:

“SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DISSOLUÇÃO IRREGULAR - PENHORA - BENS DO SÓCIO-GERENTE - POSSIBILIDADE. Na hipótese de dissolução irregular de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sem subsistirem bens que respondam pelo passivo, fica o patrimônio particular do sócio gerente sujeito à constrição, para saldar a dívida social.” (TRIBUNAL DE ALÇADA DE MINAS GERAIS - APELAÇÃO CÍVEL Nº 158.603-0 –COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - AC. UNÂNIME - 4ª CÂMARA CÍVEL - RELATOR: JUIZ JARBAS LADEIRA - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DE MINAS GERAIS II, 09.08.94, PÁGINA 11)

“EXECUTIVO FISCAL. SOCIEDADE POR COTA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. PENHORA EM BENS PARTICULARES DE SÓCIO-GERENTE, NA FALTA DE ACERVO SOCIAL. EMPRESA DISSOLVIDA IRREGULARMENTE. ART. 135, III, DO CTN (LEI 5.172/66). RECURSO PROVIDO. Ainda que integralizada sua cota no ato da constituição da empresa, age com infração a lei e ao contrato social e, assim, responde com seus bens particulares (penhora) o sócio-gerente que dissolve com irregularidade a sociedade, não dispondo esta já de patrimônio, sem o pagamento do débito tributário.” (TRIBUNAL DE

⁸³ PENTEADO, Mauro Rodrigues, *ob. cit.*, p. 77-78.

JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 4648, CAÇADOR, DESEMBARGADOR RELATOR ALCIDES AGUIAR, DATA DECISÃO 14/03/89)

“APELAÇÃO - EMBARGOS DE TERCEIRO - SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EXECUÇÃO CONTRA PESSOA JURÍDICA –PENHORA DOS BENS DE SÓCIO-GERENTE - POSSIBILIDADE. Responde por dívida contraída por sociedade limitada o patrimônio de sócio, máxime o do gerente, se paralisadas as atividades sociais sem o regular distrato, inexístirem ou não forem encontrados bens a ela pertencentes.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - APELAÇÃO CÍVEL Nº 36.476 - COMARCA DE SÃO JOSÉ - AC. UNÂNIME - 3ª CÂMARA CÍVEL -RELATOR: DESEMBARGADOR CID PEDROSO - APELANTE: ESPÓLIO DE DANTE DOMINGOS PONTALTI - ADVOGADO: DÊNIO GELSON GIONGO - APELADO: RF-COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA - ADVOGADO: SILVIO SAUL MULLER - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, 16.07.92, PÁGINA 18)

“DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA –AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - SÓCIO-GERENTE - ART. 135/CTN, III. 1. A dissolução da sociedade irregularmente, sem a quitação das contribuições devidas à Previdência Social, induz a responsabilidade do sócio-gerente, a teor do art. 135, III, do CTN. 2. Apelação provida. 3. Remessa, tida por interposta, prejudicada.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - APELAÇÃO CÍVEL Nº 93.01.04996-1 - MINAS GERAIS - AC. 3ª TURMA - UNÂNIME - RELATOR: JUIZ FERNANDO GONÇALVES - JULGADO EM 09.06.93 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO II, 19.08.93, PÁGINA 32536)

“EXECUÇÃO FISCAL CONTRA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA. PENHORA DE BENS DE SÓCIO. ADMISSIBILIDADE, DESDE QUE GERENTE OU DIRETOR, E A EXECUTADA NÃO TENHAM BENS QUE GARANTAM A EXECUÇÃO E HAJA ENCERRADO SUAS ATIVIDADES SEM DISSOLUÇÃO LEGAL E SEM O PAGAMENTO DAS DÍVIDAS, INCLUSIVE TRIBUTÁRIAS. DESNECESSIDADE DE FIGURAR O SÓCIO NA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA, PELO FENÔMENO DA SUBSTITUIÇÃO NA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. PRECEDENTES DO STF. AGRAVO A QUE SE DA PROVIMENTO.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº4639, CAÇADOR, DESEMBARGADOR RELATOR JOÃO JOSÉ SCHAEFER, DATA DECISÃO: 22/02/90)

Em relação, especificamente, aos débitos trabalhistas da sociedade com dissolução irregular, é pacífica a jurisprudência dos tribunais trabalhistas:

“BENS DO SÓCIO-GERENTE DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. O sócio-gerente de sociedade por quotas de responsabilidade limitada responde pelas execuções trabalhistas da empresa que encerrou as atividades de forma irregular, se não aponta bens livres da sociedade para garantir a execução. Decisão: Maioria” (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SANTA CATARINA –AGRAVO PETIÇÃO Nº 2580/92, FLORIANÓPOLIS, RELATOR ALVENY DE ANDRADE BITTENCOURT, IN DIÁRIO DA JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, DE 01-04-93, PÁGINA 66)

“EXECUÇÃO. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS GERENTES E DOS SÓCIOS QUOTISTAS. É iterativa a jurisprudência no sentido de estabelecer a responsabilidade dos sócios-gerentes de sociedade limitada, independentemente da limitação do capital da empresa, e dos próprios sócios-quotistas, quando o encerramento das atividades ocorrer sem a dissolução válida e formal (arts. 10 do Dec. nº 3708/19 e 4º e 135 da Lei nº 6.830/80). Constitui elemento indicativo nesse sentido a inexistência de bens para penhora. O inadimplemento da empresa perante a obrigação assumida para com o empregado, decorrente de ato de seus administradores, além de revelar excesso de mandato, no sentido de que agiu o preposto fora dos limites autorizados por lei, implica também o reconhecimento da existência de que tal comportamento caracteriza ilícito do qual os sócios-gerentes são co-responsáveis. Decisão: ACORDAM os Juízes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por unanimidade de votos, CONHECER DO AGRAVO e não conhecer dos documentos de fls. 127 a 129. Não mérito, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas na forma da lei.” (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SANTA CATARINA - AGRAVO PETIÇÃO Nº 8798/94, CANOINHAS, RELATOR HUMBERTO D'ÁVILA RUFINO, IN DIÁRIO DA JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, Nº 9.308, DE 29-08-95, PÁGINA 22)

Nos casos específicos de responsabilização por obrigações tributárias na liquidação, inseridas nos artigos 134 e 135 do Código Tributário Nacional, se não forem, devido a algum aspecto fático, de responsabilidade exclusiva do liquidante, incluem-se nas hipóteses tratadas anteriormente nos itens 3.2.2.1 e 3.2.2.2. Ressalte-se novamente que aqui há, ainda, o

agravante da desobediência às normas societárias, que impõem a liquidação regular como requisito para considerar-se extinta a sociedade.

Como exemplo, as seguintes decisões:

“EXECUÇÃO FISCAL – EMBARGOS DE TERCEIRO – SÓCIO-GERENTE DE SOCIEDADE POR COTAS – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. Aquele que, na condição de sócio-gerente, liquida o patrimônio de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada sem o devido processo legal se obriga solidariamente pelos respectivos débitos, tudo porque a jurisprudência identifica nesse procedimento a infração prevista no art. 10 do D. 3.708, de 1919 c/c o art. 592, II, do CPC.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO – AC 91.04.04922-5 – PARANÁ – 1ª TURMA – RELATOR JUIZ ARI PARGENDLER – DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO 05.05.92)

“SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DISSOLUÇÃO IRREGULAR - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA – RESPONSABILIDADE PESSOAL DO SÓCIO-GERENTE - ADMISSIBILIDADE. EXECUÇÃO FISCAL –RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS - SOCIEDADE POR QUOTAS. Os Sócios Gerentes ou representantes de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, são pessoalmente responsáveis pelas obrigações tributárias, contraídas em nome da sociedade, se agem com excessos de poderes ou infração da lei, contrato social ou estatutos. Age com infração à lei sócio gerente que dissolve a sociedade irregularmente, não efetuando os devidos recolhimentos dos impostos. Recurso provido.” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA –RECURSO ESPECIAL Nº 1.846-0 - BAHIA - AC. 1ª TURMA - UNÂNIME - RELATOR: MINISTRO GARCIA VIEIRA - JULGADO EM 15.06.94 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO I, 22.08.94, PÁGINA 21206)

“SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DISSOLUÇÃO IRREGULAR - EXECUÇÃO FISCAL - SÓCIO-GERENTE – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. I - A jurisprudência de nossos Tribunais é copiosa no sentido de que constitui infração da lei, com conseqüente responsabilidade do sócio-gerente pelos débitos fiscais da empresa, como devedor substituto, a dissolução irregular da sociedade, mediante o desaparecimento da firma que fizera parte. Precedentes. II – Recurso conhecido e provido.” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RECURSO ESPECIAL Nº 19.648-0 - SÃO PAULO - AC. 2ª TURMA - UNÂNIME - RELATOR: MINISTRO JOSÉ DE JESUS FILHO - JULGADO EM 09.02.94 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO I, 14.03.94, PÁGINA 4494)

“Nos termos do artigo 135, III, do Código Tributário Nacional, são substitutos na responsabilidade tributária os diretores, gerentes e representantes de pessoas jurídicas de direito privado. Se a firma encerrou suas atividades de forma irregular, pode qualquer uma das pessoas referidas na lei ser citada, com a penhora de seus bens, para garantia da execução fiscal.” (REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA DA IMPRENSA OFICIAL, 124/365)

“ICMS - DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FORMA IRREGULAR – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO-GERENTE - CONFIGURAÇÃO -ART. 135/CTN, III - PRAZO DE DECADÊNCIA PARA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - ART. 173/CTN, I - ART. 150/CTN, § 4º. TRIBUTÁRIO - SOCIEDADE –DISSOLUÇÃO IRREGULAR - SÓCIO-GERENTE – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA (CTN, ART. 135, III) - ICMS - CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - PRAZO (CTN, ART. 173). I - O sócio gerente que dissolve a sociedade, irregularmente, sem cumprir as obrigações tributárias, é responsável pelo respectivo pagamento (CTN, art. 135, III). II - O art. 173, I do CTN deve ser interpretado em conjunto com o seu art. 150, § 4º. III - O termo inicial da decadência prevista no art. 173, I do CTN não é a data em que ocorreu o fato gerador. IV - A decadência relativa ao direito de constituir crédito tributário somente ocorre depois de cinco anos, contados do exercício seguinte àquele em que se extinguiu o direito potestativo de o Estado rever e homologar o lançamento (CTN, art. 150, § 4º). V - Se o fato gerador ocorreu em outubro de 1974, a decadência opera-se em 1º de janeiro de 1985.” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RECURSO ESPECIAL Nº 69.308 - SÃO PAULO - AC. 1ª TURMA –UNÂNIME - RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS – JULGADO EM 04.12.95 - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO I, 04.03.96, PÁGINAS 5363/5364)

“SÓCIO-GERENTE - RESPONSABILIDADE - SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE - DÍVIDA. TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE. SÓCIO-GERENTE. O sócio-gerente responde pelas dívidas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada se agir com infração à lei, assimilando-se a esse efeito a liquidação irregular do seu patrimônio, isto é, sem que os credores possam a ele concorrer na ordem das respectivas preferências. Apelação improvida.” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - APELAÇÃO CÍVEL Nº 90.04.03232-2 - RIO GRANDE DO SUL - AC. 1ª TURMA - UNÂNIME - RELATOR: JUIZ ARI PARGENDLER - FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO II, 05.05.92, PÁGINA 11269).

“ICM - DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE - RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS - SÚMULA 112/TFR. Os sócios gerentes ou representantes de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, são pessoalmente

responsáveis pelas obrigações tributárias, contraídas em nome da sociedade, se achem com excessos de poderes ou infração da lei, contrato social ou estatutos. Age com infração à lei sócio-gerente que dissolve a sociedade irregularmente, não efetuando os devidos recolhimentos dos impostos. Entendimento da Súmula nº 112 do extinto TFR e desta E. Corte. Recurso provido.” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RECURSO ESPECIAL Nº 11.335 - SÃO PAULO - AC. 1ª TURMA –UNÂNIME - RELATOR: MINISTRO GARCIA VIEIRA - JULGADO EM 19.02.92 -FONTE: DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO I, 06.04.92, PÁG. 4465).

A título de defesa, pode o sócio-gerente, na hipótese de penhora de seu patrimônio particular em garantia de pagamento, argumentar que à época do encerramento das atividades não possuía a sociedade patrimônio suficiente que assegurasse o pagamento integral da dívida ativa da Fazenda Pública. Contudo se os bens sociais foram desviados fraudulentamente, caberia a aplicação da teoria da *desconsideração da personalidade jurídica*, como já citado.

3.2.2.6. Demais Hipóteses de Responsabilidade por Violação da Lei

As hipóteses de violação da lei, naturalmente, não se restringem às abordadas, pois tal expressão possui um sentido amplo. Também cabe a responsabilização por infração à lei de falências, à lei comercial em geral, ao Código Civil, à legislação trabalhista, entre outras.

Se for caso de violação da Lei de Falências, aplicam-se os dispositivos analisados para as situações violadoras específicas, que deverão ser apuradas no próprio juízo da falência, sejam elas liquidação, dívidas tributárias ou trabalhistas, etc. Os bens particulares estão sujeitos a seqüestro, quando ordenado pelo juiz, a requerimento do síndico.

Esta apuração da responsabilidade do sócio-gerente será feita por processo ordinário, conforme artigo 6º do Decreto-lei nº 7.661/45 - Lei de Falências:

“Art. 6º - A responsabilidade solidária dos diretores das sociedades anônimas e dos gerentes das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, estabelecida nas respectivas leis; a dos sócios comanditários (Código Comercial, art. 314), e a do sócio oculto (Código Comercial, art. 305), serão apuradas, e tornar-se-ão efetivas, mediante processo ordinário, no juízo da falência, aplicando-se ao caso o disposto no art. 50, §1º.

Parágrafo único. O juiz, a requerimento do síndico, pode ordenar o seqüestro de bens que bastem para efetivar a responsabilidade.”

Em relação aos débitos trabalhistas da sociedade ainda em funcionamento, a jurisprudência tem decidido também pela responsabilidade pessoal, inclusive na execução de sentença de reclamatória trabalhista:

“Respondem pelos débitos da sociedade por quotas limitadas os sócios-gerentes, independentemente da limitação do capital da empresa, quando esta não possui bens passíveis de constrição, e tais débitos decorrem de atos praticados com violação de contrato ou da lei, conforme os arts. 10 do Dec. 3.708/19 e 4º da L. 6.830/80.” (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ – AGRAVO DE PETIÇÃO 0022/86 - AC - 2ª TURMA - 1004/ 86 - RELATOR LEONARDO ABAGGE)

“SÓCIO-GERENTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. O sócio-gerente de sociedade por cotas de responsabilidade limitada só responde solidária e ilimitadamente pelas dívidas desta em virtude de excesso de mandato ou por atos praticados com violação do contrato ou da lei. Decisão : ACORDAM os Juízes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso. No mérito, por igual votação, negar-lhe provimento. Custas na forma da lei.” (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SANTA CATARINA - RECURSO ORDINÁRIO VOLUNTÁRIO Nº 5600/92, BLUMENAU, RELATOR UMBERTO GRILLO, IN DIÁRIO DA JUSTIÇA, Nº 8940, DE 03-03-94, PÁGINA 73)

A violação do Código Civil ocorre, por exemplo, quando utilizam-se os sócios da nomeação de um “testa de ferro” como sócio-gerente, enquanto que os verdadeiros gerentes permanecem ocultos. Trata-se de uma simulação de ato jurídico, prevista no artigo 102, I, do Código Civil, que enseja a responsabilidade pessoal destes.

3.3. Ação de Responsabilidade

Analisadas as regras que dispõem sobre as hipóteses de responsabilização pessoal do sócio-gerente, cabe agora analisar-se o procedimento judicial a ser adotado para a sua aplicação.

Além da previsão específica do artigo 11 do Decreto nº 3.708/19, já tratada, Tavares Paes⁸⁴, Abrão⁸⁵ e Lucena⁸⁶ colocam que, pelo disposto no artigo 18 do mesmo decreto, para a apuração da responsabilidade do sócio-gerente, em não havendo previsão no contrato social, deve-se utilizar a Lei das Sociedades Anônimas, em que está prevista, no artigo 159, a ação de responsabilidade por parte da sociedade, por parte dos demais sócios e por parte dos credores ou outros terceiros prejudicados.

Dispõe a referida lei:

“Art. 159 - Compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembléia geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio.”

Quando a ação for proposta diretamente pela sociedade, pleiteando o ressarcimento dos prejuízos causados, tem-se uma ação social *uti universi*. Esta somente pode ser proposta após prévia autorização da assembléia geral dos sócios⁸⁷. Exemplo clássico é a hipótese em

⁸⁴ PAES, P. R. Tavares. *Curso de Direito Comercial: parte geral, sociedades*. 2.ed. 1 v. SãoPaulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993. p. 135.

⁸⁵ ABRÃO, Nelson, *ob. cit.*, p. 117.

⁸⁶ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 359.

⁸⁷ Ressalte-se que, nas sociedades por quotas, se não houver previsão no contrato social da existência da assembléia geral, esta será substituída pela reunião dos quotistas.

que a sociedade que indenizou terceiro prejudicado por ato de seu sócio-gerente procura ressarcir-se do que foi pago ao lesado.

Dada a autorização, em a sociedade não promovendo a ação no prazo de três meses, contado da data da assembléia, pode ser proposta uma ação social *uti singuli*, de acordo com o parágrafo 3º do citado artigo. Nesta hipótese, os demais quotistas, independentemente do valor de suas quotas, exigem do sócio-gerente faltoso o ressarcimento dos prejuízos causados à sociedade, sendo os resultados à ela revertidos.

Segundo Lucena:

“... a *causa de pedir* e o *pedido* são idênticos em ambas as situações: a responsabilidade civil do gerente infiel (*causa petendi*) a determinar a recomposição dos prejuízos causados à sociedade (*petitum*). Varia apenas o pólo ativo das ações (*personae*), eis que nele, na ação social *uti universi*, estará a sociedade, enquanto na ação social *uti singuli* estará o sócio, agindo em nome próprio, mas pleiteando direito da sociedade, isto é, obrará como substituto processual, tanto que os resultados da ação promovida pelo sócio deferem-se à sociedade, mas esta estará obrigada a indenizá-lo, até o limite dos resultados obtidos, de todas as despesas em que tiver incorrido, inclusive correção monetária e juros dos dispêndios realizados (cf. art. 159, parágrafo 5º).”⁸⁸

Obviamente que o prazo citado não é decadencial ou prescricional. Sua função é apenas a de dar preferência à sociedade para intentar a demanda. Transcorrido o prazo e verificada sua inércia, adquire legitimidade ativa também o quotista. A propositura por parte de um deles exclui o direito de ação do outro, devendo, se desejar, litigar conjuntamente.

Pode ocorrer, ainda, se a assembléia decidir por não promover a ação social de responsabilidade, do quotista promover uma ação social derivada⁸⁹, baseado no parágrafo 4º do artigo 159, desde que atendido o percentual ali disposto ou outro definido no contrato.

⁸⁸ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 361-362.

⁸⁹ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 362.

Como coloca Abrão, em “não havendo deliberação majoritária acerca da propositura do feito, qualquer sócio, ou grupo de sócios, desde que titulares de, pelo menos, cinco por cento do capital social, poderão fazê-lo.”⁹⁰ Não há aqui, naturalmente, necessidade de respeito ao prazo de três meses.

Além das ações sociais, se o quotista achar-se pessoalmente prejudicado pelo ato do sócio-gerente, este pode promover também a ação individual, cumulada ou não com uma das anteriormente citadas. Nesta hipótese, os resultados auferidos revertem-se totalmente ao quotista, em virtude do prejuízo pessoal alegado.

Finalmente, pode ainda o terceiro prejudicado demandar pelos prejuízos sofridos. Esta ação, que é pelo procedimento ordinário, pode ter no pólo passivo tanto a sociedade quanto o sócio-gerente, respondendo solidária e ilimitadamente.

Todas as ações acima tratadas prescrevem em três anos da data do fato que deu origem ao prejuízo, conforme artigo 287, II, “b”, 2, da Lei das Sociedades Anônimas.⁹¹

Neste sentido:

“PRESCRIÇÃO - AÇÃO CONTRA ADMINISTRADORES DE SOCIEDADE –REPARAÇÃO CIVIL - 3 ANOS - Art. 18 da Lei nº 3.708/19 (sic) c/c os arts. 285/288 da Lei nº 6.404/76 - Prescreve em 3 anos a ação contra os administradores das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, para deles haver reparação civil por atos culposos ou dolosos, no caso de violação da lei, do estatuto ou da convenção do grupo, que se conta da prática do ato ou dos fatos.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO nº 1804).

⁹⁰ ABRÃO, Nelson, *ob. cit.*, p. 117.

⁹¹ LUCENA, José Waldecy, *ob. cit.*, p. 364.

4. Considerações Finais

Os indivíduos, reunidos numa mesma organização, instaram a criação da pessoa jurídica, com o intuito de otimizar a atividade econômica. Conferindo personalidade a uma figura abstrata, e separando sua existência e patrimônio da figura dos sócios que a compõem, o Estado de Direito permite uma concentração de recursos e esforços em um ente detentor de grande potencial de êxito no alcance de seus objetivos.

De tal preceito, contudo, dentro do sistema e da lógica jurídica, não se pode extrair exageradas conseqüências. A concessão da personalidade não significa a irresponsabilidade dos integrantes desta elaboração jurídica por atos ilícitos indevidos. Quando o Estado concede e reconhece às sociedades comerciais a personificação segundo as regras normativas, pode, ao mesmo tempo, determinar os limites dessa concessão.

Da mesma maneira, em caráter mais específico, os administradores de sociedade são impossibilitados de levantar sua qualidade de órgão social como fundamento para sua irresponsabilidade pessoal. Por serem extensos os poderes dos gerentes, efetivamente responsáveis pela administração da sociedade, devem responder estes pelos atos praticados na gerência. Assim, os sócios-gerentes estão sempre numa posição assemelhada à de sócio de responsabilidade ilimitada, e, ultrapassando certas cautelas, este resultado materializa-se.

Verifica-se que a legislação, incluindo-se a que se refere as sociedades por quotas, permite a possibilidade de excluir-se os efeitos da distinção entre a sociedade e os seus membros dirigentes nos casos de excesso de mandato ou violação da lei ou contrato.

Ao final deste trabalho, pôde-se concluir pela opinião pacífica da doutrina em relação a possibilidade da responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios-gerentes nas sociedades

por quotas. Todavia, existem grandes divergências no que diz respeito às hipóteses em que tais disposições devam ser aplicadas. Há correntes que procuram ampliar este entendimento, responsabilizando o sócio-gerente de maneira um tanto quanto demasiada, enquanto que, por outro lado, alguns juristas são pela total inadmissibilidade da responsabilidade pessoal.

No meio das opiniões, o bom senso recomenda que se analise cada caso em particular. A única regra que pode ser enunciada é que a responsabilidade do sócio-gerente é predominantemente subjetiva; ou seja, é imprescindível a apuração da culpa ou dolo deste. Acrescente-se, ainda, que o rigor aplicável na responsabilização ilimitada do sócio-gerente depende, além do tipo do excesso ou da violação, dos sujeitos envolvidos. Há que se analisara relação entre o credor e o devedor na vinculação que pode vir a ser estabelecida com a responsabilidade pessoal do sócio-gerente.

Este posicionamento pela responsabilidade subjetiva tem como fundamento o fato da responsabilidade objetiva ser potencial geradora de injustiças quando se refere a função de gerente. Sempre cabe esclarecer que o gerente não assume o risco da atividade societária, tal como a própria sociedade. Da mesma maneira, na qualidade de sócio, assume aquele a responsabilidade até o valor do capital social. Se tal colocação é pacífica, está claro que a responsabilização ilimitada vai depender da configuração de situações especialíssimas que sejam devidamente apuradas.

O próprio dispositivo do Decreto nº 3.708/19 enuncia primeiramente a regra geral: “Os sócios-gerentes ou que derem nome à firma não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade...”; para, em seguida, prever, em caráter excepcional, a possibilidade de responderem “...para com esta e para com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do contrato ou da lei.” Este é o

verdadeiro espírito da lei, a responsabilidade solidária e ilimitada é uma exceção da responsabilidade limitada.

Como consequência, em virtude desta situação especial a que está submetido, é prerrogativa do sócio-gerente o poder de fiscalização de todos os atos da sociedade, seguindo estritamente a máxima do “melhor prevenir do que remediar”⁹². Atinge-se, assim, o verdadeiro objetivo do disposto no Decreto nº 3.708/19: obrigar o sócio-gerente a realizar uma administração dedicada e correta, que tenha como objetivo o engrandecimento de todo o País, e não o locupletamento individual obtido pelo prejuízo a outrem.

Dentro da tendência atual pela ilimitação da responsabilidade do administrador da sociedade, considerando que o gerente é sempre sócio, pode-se incluir também o crescimento da aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Abreu⁹³ coloca, com muita propriedade, que o dispositivo do Decreto nº 3.708/19 é um instrumento legal semelhante à teoria da desconsideração da personalidade jurídica e cujo objetivo final é, da mesma maneira, proteger os credores contra os abusos praticados através da proteção da pessoa jurídica proporcionado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Contudo, há diferenças relevantes nesse instituto. Esta teoria não foi incluída neste trabalho porque responsabiliza todos os sócios, ou quem der causa a algum prejuízo, nas hipóteses de fraude ou abuso de poder, através da perda da eficácia da pessoa jurídica da sociedade para determinados atos. Nas hipóteses de responsabilização do Decreto nº 3.708/19, diferentemente, não ocorre esta desconsideração; apenas aplica-se os dispositivos da lei, responsabilizando-se apenas o sócio-gerente em virtude de seus atos. A previsão da

⁹² ABRÃO, Nelson, *ob. cit.*, p. 127.

⁹³ ABREU, Iolanda Lopes de, *ob. cit.*, p. 120.

responsabilidade do sócio-gerente baseia-se não na sua condição de sócio, mas por haver exercido a gerência da sociedade. Apesar de haver esta clara distinção, já ocorreu, inclusive, dos tribunais do País confundirem os conceitos⁹⁴.

Por fim, preenchidos todos os requisitos para fins de responsabilização do sócio-gerente, podem os prejudicados procurarem ser ressarcidos dos prejuízos que aquele deu causa através das ações de responsabilidade. Esta ação, originária da Lei das Sociedades Anônimas, é o instrumento mais adequado para evitar o uso indevido da sociedade por quotas.

Ainda que a dependência por outras legislações possam causar uma série de situações de lacuna da lei, e ainda, de completa falta de disposição legal competente para reger todas as situações em que estão inseridas as sociedades por quotas de responsabilidade, a aplicação subsidiária da Lei das sociedades anônimas, a atuação dos pretórios e da doutrina, têm conseguido fazer das sociedades por quotas de responsabilidade limitada um importante meio de atuação empresarial no Brasil, e a responsabilização patrimonial do sócio-gerente não poderia ficar estanca a esta realidade.

⁹⁴ Como exemplo: “Cheques emitidos por sócio-gerente de sociedade por quotas de responsabilidade limitada sem provisão de fundos. Incidência do art. 10 do Dec.-lei 3.708/19 (*sic*). Desconsideração da personalidade jurídica. A emissão de cheques sem a necessária provisão de fundos, ainda que em nome de pessoa jurídica constituída sob a forma de cotas de responsabilidade limitada, torna o sócio-gerente que os emite solidária e ilimitadamente responsável pelo seu pagamento, visto consubstanciar conduta que afronta e viola a lei, configurando ato ilícito e fraudulento. A emissão de cheques é ato do sócio-gerente e, quando violador da lei, faz incidir a última parte do art. 10 do Dec. 3.708/19, que, considerando a personalidade jurídica da sociedade, torna aquele solidária e ilimitadamente responsável pelos efeitos decorrentes de sua conduta (...). A personalidade jurídica atribuída à sociedade comercial não pode servir para acobertar, sob o manto da absoluta irresponsabilidade pessoal, atos praticados pelo sócio-gerente ao arrepio do contrato ou da lei.” (TRIBUNAL DE ALÇADA DO RIO GRANDE DO SUL, REVISTA DOS TRIBUNAIS 654/182)

5. Bibliografia

- ABRÃO, Carlos Henrique. *Penhora de Cotas de Sociedade de Responsabilidade Limitada*. 3. ed. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 1996.
- ABRÃO, Carlos Henrique et al. *Lei de Execução Fiscal Comentada e Anotada*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.
- ABRÃO, Nelson. *Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada*. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.
- ABREU, Iolanda Lopes de. *Responsabilidade Patrimonial dos Sócios nas Sociedades Comerciais de Pessoas*. São Paulo: Editora Saraiva, 1988.
- BALEEIRO, Aliomar. *Direito Tributário Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.
- CASSONE, Vittorio. *Direito Tributário*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1993.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial*. 7. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.
- _____. *Código Comercial e Legislação Complementar Anotados*. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.
- DENARI, Zelmo. *Curso de Direito Tributário*. 3. ed. São Paulo: Editora Forense, 1993.
- DÓRIA, Dylson. *Curso de Direito Comercial*. 9. ed. 1 v. São Paulo: Editora Saraiva, 1994.
- FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Lei de Proteção da Concorrência: Comentários à Lei Antitruste*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.
- GOMES, Orlando. *Contratos*. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1994.
- LUCENA, José Waldecy. *Das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1996. MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 1992.
- MARTINS, Fran. *Curso de Direito Comercial*. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.
- MORAES, Bernardo Ribeiro de. *Compêndio de Direito Tributário*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987.
- PAES, P. R. Tavares. *Comentários ao Código Tributário Nacional*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

- _____. *Curso de Direito Comercial: parte geral, sociedades*. 2.ed. 1 v. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.
- _____. *Responsabilidade dos Administradores de Sociedades*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1978.
- PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha. *A Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada*. 2. ed. 1 v. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1958.
- PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 1995.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. 22. ed. 1 v. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.
- SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 7. ed. 4 v. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1982.
- SOUZA, Gelson Amaro de. *Responsabilidade Tributária e Legitimidade Passiva na Execução Fiscal*. São Paulo: Editora Data Juris, 1993.
- STOCO, Rui. *Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994.